



União Europeia

A Europa em 12 lições

por Pascal Fontaine

Esta brochura e outras informações claras e concisas sobre a União Europeia estão disponíveis no sítio **ec.europa.eu/publications**

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Comunicação
Publicações
1049 Bruxelles
BÉLGICA

Texto original concluído em Julho de 2010
Ilustração da capa: Lou Wall/Corbis
Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia
2010 — 80 p. — 16,2 x 22,9 cm

ISBN 978-92-79-17496-4
doi:10.2775/63707

© União Europeia, 2010
Reprodução autorizada. Para fins de utilização ou reprodução de fotografias, deve obter-se autorização directamente junto dos proprietários dos direitos de autor.

Printed in Germany

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO

A Europa em 12 lições

por Pascal Fontaine

[1]

página 4

**A União Europeia:
porquê?**

[2]

página 10

**Dez etapas
históricas**

[3]

página 14

**Alargamento da
União e boas relações
de vizinhança**

[7]

página 44

0 euro

[8]

página 48

**A mais-valia
do conhecimento
e da inovação**

[9]

página 52

**0 que é ser um
cidadão europeu?**

[4]

página 20

**Como funciona a
União Europeia?**

[5]

página 28

**O que faz a União
Europeia?**

[6]

página 38

O mercado interno

[10]

página 58

**Uma Europa de
liberdade, de segurança
e de justiça**

[11]

página 64

**A União na cena
mundial**

[12]

página 70

**Que futuro
para a Europa?**

página 74

Cronologia da construção europeia

A União Europeia: porquê?

[1]

No século XXI, a União Europeia tem por missão:

- ▶ manter e consolidar a paz estabelecida entre os Estados-Membros;
- ▶ aproximar os países europeus através da cooperação operacional;
- ▶ garantir que os cidadãos europeus vivem em segurança;
- ▶ promover a solidariedade económica e social;
- ▶ preservar a identidade e a diversidade europeias num mundo globalizado;
- ▶ fomentar os valores que os europeus partilham.

I. PAZ

A ideia de uma Europa unida começou por ser apenas um sonho de filósofos e visionários antes de se tornar um verdadeiro projecto político. Victor Hugo, por exemplo, imaginou uns «Estados Unidos da Europa» pacíficos e inspirados num ideal humanitário. O sonho foi desfeito pelos trágicos conflitos que assolaram o continente na primeira metade do século XX.

No entanto, foi das cinzas da Segunda Guerra Mundial que nasceu uma nova esperança. Os que haviam resistido ao totalitarismo durante a guerra estavam determinados a pôr fim aos antagonismos nacionais e a criar condições para uma paz duradoura. Entre 1945 e 1950, um punhado de estadistas corajosos, como Robert Schuman, Konrad Adenauer, Alcide de Gasperi e Winston Churchill, empenhou-se em persuadir os seus povos a iniciarem uma nova era. Novas estruturas, baseadas em interesses comuns e assentes em tratados que garantissem o primado da lei e a igualdade das nações, iriam ser criadas na Europa Ocidental.

Robert Schuman (ministro dos Negócios Estrangeiros francês) retomou uma ideia originalmente lançada por Jean Monnet e, em 9 de Maio de 1950, propôs a fundação de uma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Colocar sob uma autoridade comum — a Alta Autoridade — a produção de carvão e de aço de países outrora inimigos era um acto pragmático mas simultaneamente de elevado valor simbólico. Com ele, as matérias-primas da guerra transformavam-se em instrumentos de reconciliação e de paz.

II. A UNIFICAÇÃO DO CONTINENTE EUROPEU

A União Europeia (EU) apoiou a unificação da Alemanha, depois da queda do muro de Berlim, em 1989. A seguir ao desmoronamento do império soviético, em 1991, os países da Europa Central e Oriental, submetidos durante décadas à vida atrás da «cortina de ferro», tornaram-se novamente donos dos seus destinos. Muitos decidiram que o seu futuro residia na família das nações democráticas europeias. Oito aderiram à UE em 2004, seguidos de outros dois em 2007.

O processo de alargamento da União Europeia ainda está em curso. As negociações de adesão com a Turquia e a Croácia começaram em Outubro de 2005. A Islândia candidatou-se em 2009 e vários países da região dos Balcãs já começaram a trilhar o caminho que os conduzirá um dia a ser membros da União. Prevê-se que a Croácia se torne o 28.º membro da União Europeia.



A queda do muro de Berlim em 1989 conduziu à eliminação progressiva de divisões antigas no continente europeu.

III. SEGURANÇA

A Europa do século XXI continua a confrontar-se com riscos em matéria de segurança. A União Europeia tem de trabalhar activamente para preservar a segurança dos seus Estados-Membros. Deve trabalhar de forma construtiva com as regiões com as quais tem fronteiras: os Balcãs, o Norte de África, o Cáucaso e o Médio Oriente. Deve também proteger os seus interesses militares e estratégicos, colaborando com os seus aliados — em especial no âmbito da NATO — e desenvolvendo uma autêntica Política Europeia de Segurança e de Defesa (PESD) comum.

A segurança interna e a segurança externa são as duas faces da mesma moeda. A luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada exige um trabalho conjunto das forças da ordem de todos os Estados-Membros. Tornar a União Europeia um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, em que todos sejam igualmente protegidos pela lei e tenham igual acesso à justiça é um novo desafio que requer estreita cooperação entre governos. Organismos como a Europol — o Serviço Europeu de Polícia — e a Eurojust (que promove a coordenação entre procuradores, magistrados e responsáveis da polícia em diversos Estados-Membros) têm igualmente um papel activo e efectivo a desempenhar.

IV. SOLIDARIEDADE ECONÓMICA E SOCIAL

A União Europeia foi criada para cumprir objectivos políticos, que ambiciona atingir através da cooperação económica.

A população dos países europeus constitui uma percentagem cada vez menor da população mundial, pelo que estes países precisam de continuar a trabalhar em conjunto, para assegurarem o seu crescimento económico e serem capazes de concorrer a nível mundial com outras grandes economias. Isoladamente, nenhum país da União Europeia tem dimensão suficiente para fazer valer os seus interesses na arena do comércio mundial. Para conseguirem uma economia de escala e angariarem novos clientes, as empresas europeias carecem de uma base mais alargada do que o seu mercado nacional e o mercado interno europeu proporciona-lhes essa plataforma. Para que este mercado de dimensão europeia

com 500 milhões de consumidores beneficie o maior número possível de pessoas, a União Europeia envida esforços para eliminar os obstáculos ao comércio e para libertar as empresas de burocracias desnecessárias.

No entanto, este grande espaço de livre concorrência tem de ter como corolário uma política de solidariedade de dimensão europeia, que vem beneficiar de forma clara e concreta os cidadãos europeus: quando são vítimas de inundações ou de outras catástrofes naturais, podem contar com o apoio do orçamento da União. Os fundos estruturais, geridos pela Comissão Europeia, incentivam e complementam os esforços das autoridades nacionais e regionais da União para reduzirem as desigualdades existentes entre as diferentes partes da Europa. Com dinheiro do orçamento da UE e empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), a União contribui para a melhoria das infra-estruturas europeias de transportes (auto-estradas e comboios de alta velocidade, por exemplo), proporcionando melhores acessos às regiões periféricas e estimulando o comércio transeuropeu.

A crise financeira mundial de 2008 provocou a recessão económica mais grave de toda a história da União Europeia. Os governos e instituições da União Europeia correram a acudir aos bancos e a UE ofereceu ajuda financeira aos países mais afectados. O facto de partilhar uma moeda única ajudou a proteger a área do euro da especulação e da desvalorização. Em 2010, a União e os Estados-Membros assumiram um esforço concertado para reduzir as respectivas dívidas públicas. O maior desafio dos países europeus nos próximos anos será manterem-se unidos face às crises mundiais e, em conjunto, encontrarem o caminho de saída da recessão e de entrada no crescimento sustentável.

V. A IDENTIDADE E DIVERSIDADE EUROPEIAS NUM MUNDO GLOBALIZADO

As sociedades pós-industriais europeias são cada vez mais complexas. Os níveis de vida têm registado uma constante melhoria, mas ainda existem desigualdades significativas entre ricos e pobres. Estas desigualdades podem acentuar-se por factores como a recessão económica, a deslocalização das indústrias, o envelhecimento populacional e problemas com as finanças públicas. É, pois, importante que os Estados-Membros da União Europeia trabalhem em conjunto para resolver estes problemas.

No entanto, a combinação de esforços não significa apagar as identidades culturais e linguísticas distintas dos vários países. Pelo contrário, muitas são as actividades da UE que contribuem para promover as especificidades regionais e a grande diversidade das tradições e das culturas da Europa.

A longo prazo, todos os países da UE acabam por beneficiar. Sessenta anos de integração europeia demonstraram que a União como um todo é maior do que a soma das suas partes: tem um peso económico, social, tecnológico, comercial e político muito maior do que se os Estados-Membros tivessem de agir individualmente. Agir em conjunto e falar a uma só voz constitui uma mais-valia.



Unida na diversidade: trabalhar em conjunto produz melhores resultados.

No mundo actual, economias emergentes como a China, a Índia e o Brasil estão determinadas a tornarem-se superpotências mundiais, a par dos Estados Unidos. Por este motivo, é mais importante do que nunca que os Estados-Membros da União Europeia unam forças e constituam uma «massa crítica» para preservarem a sua influência na cena mundial.

Como é que a União Europeia exerce a sua influência?

- ▶ A União Europeia é a maior potência comercial do mundo, desempenhando por isso um papel determinante em negociações internacionais como as da Organização Mundial do Comércio (OMC), que reúne 153 países, ou das conferências das Nações Unidas sobre as alterações climáticas.
- ▶ A União toma uma posição clara em questões sensíveis para os cidadãos — como a protecção do ambiente, as fontes de energia renováveis, o princípio da precaução na segurança dos alimentos, os aspectos éticos da biotecnologia e a preservação das espécies ameaçadas, entre outros.
- ▶ A União está na linha da frente dos esforços mundiais contra o aquecimento global. Em Dezembro de 2008, comprometeu-se unilateralmente a reduzir em 20% as emissões de gases com efeito de estufa até 2020.

O velho adágio «a união faz a força» mantém, pois, toda a sua actualidade para os europeus de hoje.

VI. VALORES

A União Europeia deseja promover valores humanitários e progressistas, deseja garantir que a espécie humana seja beneficiária e não vítima das grandes mudanças globais que estão em curso. As necessidades das pessoas não podem ser satisfeitas meramente através das forças do mercado ou por uma acção unilateral de determinados países.

A União Europeia defende, portanto, uma visão da humanidade e um modelo de sociedade apoiados pela grande maioria dos seus cidadãos. Os direitos humanos, a solidariedade social, a livre iniciativa, a justa distribuição dos frutos do crescimento económico, o direito a um ambiente protegido, o respeito pela diversidade cultural, linguística e religiosa e uma síntese harmoniosa entre a tradição e o progresso constituem para os europeus um precioso património de valores.

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, proclamada em Nice, em Dezembro de 2000, é actualmente vinculativa graças ao Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2009. A Carta enuncia todos os direitos actualmente reconhecidos pelos Estados-Membros da União Europeia e respectivos cidadãos. São esses direitos e valores partilhados que podem criar um sentimento de parentesco entre europeus. Para citar apenas um exemplo, todos os países da União aboliram a pena de morte.

Dez etapas históricas

[2]

- ▶ 1951: A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço é criada pelos seis membros fundadores.
- ▶ 1957: Os mesmos seis países assinam os Tratados de Roma que instituem a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom).
- ▶ 1973: A Comunidade passa a ter nove Estados-Membros e desenvolve mais políticas comuns.
- ▶ 1979: Primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu.
- ▶ 1981: Primeiro alargamento mediterrânico.
- ▶ 1992: O mercado interno europeu torna-se realidade.
- ▶ 1993: O Tratado de Maastricht institui a União Europeia.
- ▶ 2002: O euro entra em circulação.
- ▶ 2007: A União Europeia é composta por 27 Estados-Membros.
- ▶ 2009: O Tratado de Lisboa entra em vigor, mudando a forma de funcionamento da União Europeia.

1.

Em 9 de Maio de 1950, a Declaração Schuman propôs a criação de uma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que veio a tornar-se realidade com o Tratado de Paris de 18 de Abril de 1951, instituindo um mercado comum do carvão e do aço entre os seis Estados fundadores (Bélgica, República Federal da Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos). Poucos anos decorridos sobre o fim da Segunda Guerra Mundial, o seu objectivo primordial era assegurar a paz entre as nações europeias vencedoras e vencidas, associando-as num sistema institucional comum regido pelos princípios da igualdade e da cooperação.

2.

Os Seis decidiram depois, em 25 de Março de 1957, com os Tratados de Roma, criar uma Comunidade da Energia Atómica Europeia (Euratom) e uma Comunidade Económica Europeia (CEE). Esta última envolveria a construção de um mercado comum mais alargado e que abrangesse toda uma série de bens e serviços. Os direitos aduaneiros entre os seis países foram abolidos em 1 de Julho de 1968 e, ao longo da mesma década, foram definidas políticas comuns, nomeadamente nos domínios do comércio e da agricultura.

3.

O sucesso obtido pelos Seis levou a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido a decidirem aderir. Este primeiro alargamento, de seis para nove membros, teve lugar em 1973 e foi acompanhado pela introdução de novas políticas sociais e ambientais, bem como pela criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) em 1975.



Em 9 de Maio de 1950, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês Robert Schuman apresentou pela primeira vez publicamente as ideias que conduziram à União Europeia. Por essa razão, o dia 9 de Maio é celebrado como o aniversário da UE.

4.

Em Junho de 1979, foi dado um importante passo em frente, com as primeiras eleições para o Parlamento Europeu por sufrágio universal directo. Estas eleições realizam-se de cinco em cinco anos.

5.

Em 1981, a Grécia aderiu às Comunidades, no que foi seguida, em 1986, por Espanha e Portugal. Este alargamento das Comunidades à Europa do Sul tornou mais urgente a execução de programas de auxílio regional.

6.

A recessão económica mundial do início da década de 80 trouxe consigo uma onda de «europessimismo». No entanto, a esperança renasceu em 1985, quando a Comissão Europeia, sob a presidência de Jacques Delors, publicou um livro branco que estabelecia um calendário para concluir a realização do mercado interno europeu até 1 de Janeiro de 1993. Este ambicioso objectivo ficou consagrado no Acto Único Europeu, que foi assinado em Fevereiro de 1986 e entrou em vigor em 1 de Julho de 1987.

7.

A morfologia política da Europa foi profundamente alterada pela queda do muro de Berlim, em 1989, que conduziu à reunificação da Alemanha, em Outubro de 1990, e à democratização dos países da Europa Central e Oriental, libertados da tutela soviética. A própria União Soviética deixou de existir em Dezembro de 1991.

Entretanto, os Estados-Membros da CEE negociavam um novo tratado, que veio a ser adoptado pelo Conselho Europeu (a reunião de chefes de Estado e de Governo), em Maastricht, em Dezembro de 1991. Acrescentando a cooperação intergovernamental (em áreas como a política externa e a segurança interna) ao sistema da Comunidade existente, o Tratado de Maastricht criou a União Europeia. Este tratado entrou em vigor em 1 de Novembro de 1993.

8.

Em 1995, três outros países — a Áustria, a Finlândia e a Suécia — aderiram à União Europeia, que passou a contar com 15 membros. Na altura, a Europa já enfrentava os desafios crescentes da globalização. As novas tecnologias e a utilização cada vez maior da Internet contribuíam para a modernização das economias, embora comportassem também tensões sociais e culturais. Ao mesmo tempo, o desemprego e o custo crescente dos regimes de pensões exerciam pressão sobre as economias nacionais, tornando a necessidade de reformas ainda mais premente. Os eleitores exigiam cada vez mais aos seus governos que encontrassem soluções concretas para estes problemas.

Por conseguinte, em Março de 2000, os chefes de Estado e de Governo da UE adoptaram a «Estratégia de Lisboa». A estratégia visava ajudar a União Europeia a concorrer no mercado mundial com outros grandes protagonistas, como os Estados Unidos e os novos países industrializados. O objectivo era incentivar a inovação e o investimento nas empresas e assegurar que os sistemas educativos europeus respondiam às necessidades da sociedade da informação.

Entretanto, a União Europeia concentrava-se no seu projecto mais espectacular de sempre: a criação de uma moeda única para facilitar a vida das empresas, dos consumidores e dos viajantes. Em 1 de Janeiro de 2002, o euro substituiu as moedas antigas de 12 países da União, que constituíram conjuntamente a «área do euro». O euro assume agora o estatuto de grande moeda mundial, ao lado do dólar.

9.

Em meados da década de 90, começaram os preparativos para o maior alargamento da história da União Europeia. Foram recebidas as candidaturas de seis antigos países do bloco soviético (Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Roménia e Eslováquia), dos três Estados bálticos que haviam feito parte da União Soviética (Estónia, Letónia e Lituânia), de uma das repúblicas da antiga Jugoslávia (Eslovénia) e de dois países mediterrânicos (Chipre e Malta).

A União congratulou-se com essa oportunidade de ajudar a estabilizar o continente europeu e de alargar os benefícios da integração europeia às jovens democracias. As negociações foram iniciadas em Dezembro de 1997 e 10 dos países candidatos aderiram à União Europeia em 1 de Maio de 2004. Seguiram-se a Bulgária e a Roménia, em 1 de Janeiro de 2007, aumentando para 27 o número de membros da União Europeia.

10.

Para enfrentar os complexos desafios do século XXI, a UE alargada necessitava de um método mais simples e eficiente de tomar decisões em conjunto. Tinham sido propostas novas regras num projecto de Constituição da União Europeia, assinado em Outubro de 2004, que substituiria todos os tratados existentes. No entanto, o texto foi rejeitado por dois referendos nacionais em 2005. A Constituição foi, portanto, substituída pelo Tratado de Lisboa, que foi assinado em 13 de Dezembro 2007 e entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2009. Este tratado altera mas não substitui os tratados anteriores e introduz a maioria das alterações previstas na Constituição. A título de exemplo, atribui ao Conselho Europeu um presidente permanente e cria o lugar de alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Alargamento da União e boas relações de vizinhança

[3]

- ▶ A União Europeia está aberta a todos os países europeus que respeitem os critérios democráticos, políticos e económicos necessários.
- ▶ Sucessivos alargamentos (o mais recente teve lugar em 2007) fizeram crescer a União Europeia de seis para 27 membros. Desde 2010, nove outros países estão a negociar a adesão (a Croácia e a Turquia, entre outros) ou encontram-se em fases diferentes de preparação. Prevê-se que a Croácia se torne o 28.º membro da União Europeia.
- ▶ Cada tratado de adesão de um novo membro requer a aprovação unânime de todos os Estados-Membros. Além disso, antes de cada nova adesão, a União Europeia tem de avaliar a sua própria capacidade de absorção do ou dos novos membros e garantir que as suas instituições continuem a funcionar correctamente.
- ▶ Os alargamentos da União Europeia têm ajudado a reforçar e estabilizar a democracia e a segurança da Europa e aumentado o seu potencial de comércio e crescimento económico.

I. REUNIFICAÇÃO DO CONTINENTE

a) A Europa dos Vinte e Sete

Ao reunir-se em Copenhaga em Dezembro de 2002, o Conselho Europeu tomou uma das decisões mais importantes de toda a história da integração europeia. Convidando mais 12 países a aderir à União Europeia, os Quinze de então não se limitaram a fazer crescer a área do território e a população da UE. Puseram também termo à divisão do continente europeu em dois, existente desde 1945. Finalmente, países europeus que, durante décadas, não gozaram de liberdade democrática, puderam juntar-se novamente à família das nações democráticas europeias. E assim, a República Checa, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, a Polónia, a Eslováquia e a Eslovénia tornaram-se membros da União em 2004, juntamente com as ilhas mediterrânicas de Chipre e Malta. Seguiram-se a Bulgária e a Roménia em 2007, que fazem agora parte do grande projecto gizado pelos pais fundadores da UE.

b) Negociações em curso

A Turquia, um país que é membro da NATO e tem um acordo de associação com a UE de longa data, candidatou-se à adesão em 1987. Devido à sua situação geográfica e à sua história política, a União Europeia hesitou durante muito tempo antes de dar uma resposta favorável a esta candidatura. No entanto, em Outubro de 2005, começaram finalmente as negociações de adesão, não só com a Turquia, mas também com a Croácia. Em 2010, as negociações com a Croácia aproximaram-se do fim. Alguns países da UE têm dúvidas quanto ao facto de a Turquia se vir a tornar membro da União Europeia. Propõem um acordo alternativo — uma «parceria privilegiada» — mas a Turquia rejeita semelhante ideia.

c) Os Balcãs Ocidentais e a Islândia

Os países dos Balcãs Ocidentais, que, na sua maioria, fizeram parte da antiga Jugoslávia, estão também a voltar-se para a União Europeia para acelerarem a sua reconstrução económica, melhorarem as suas relações mútuas (abaladas por guerras étnicas e religiosas) e consolidarem as suas instituições democráticas. Em 2005, a UE concedeu o estatuto de «país candidato» à antiga República jugoslava da Macedónia. A Albânia, a Bósnia e Herzegovina, o Montenegro e a Sérvia são potenciais candidatos, tendo cada um dos quais um «acordo de estabilização e de associação» com a União que visa preparar o caminho para eventuais negociações de adesão. A Islândia, que foi duramente afectada pela crise financeira de 2008, candidatou-se à UE em 2009. O Kosovo declarou a independência em 18 de Fevereiro de 2008 e poderá também tornar-se um candidato oficial.

Consequentemente, até ao final desta década, a União Europeia poderá passar de 27 para 35 países. Este seria outro grande alargamento e provavelmente obrigaria a mais mudanças no funcionamento da União..

II. CONDIÇÕES DE ADEÇÃO

a) Critérios jurídicos

A construção europeia foi, desde sempre, um processo político e económico aberto a todos os países europeus dispostos a assinar os tratados e a integrar plenamente o acervo da União. Nos termos do artigo 49.º do Tratado de Lisboa, qualquer país europeu pode pedir para se tornar membro da União Europeia, desde que respeite os princípios da liberdade, democracia, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como o Estado de direito.

b) «Critérios de Copenhaga»

Em 1993, face aos pedidos formulados pelos antigos países comunistas no sentido de integrarem a União, o Conselho Europeu estabeleceu três critérios a preencher para poderem aderir. No momento da adesão, os novos membros devem possuir:

- ▶ instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos, bem como o respeito pelas minorias e a sua protecção;
- ▶ uma economia de mercado que funcione, bem como condições para fazer face às forças de mercado e à concorrência no interior da União;
- ▶ capacidade para assumir as obrigações decorrentes da adesão, nomeadamente a consecução dos objectivos da União, assim como uma administração pública capaz de aplicar e de gerir, na prática, a legislação da União Europeia.



A «pérola do Adriático» — Dubrovnik na Croácia, país candidato à adesão à União Europeia.

c) O processo de adesão à União Europeia

A Comissão Europeia, que representa a União Europeia, discute com o país candidato o processo de adesão («negociações de adesão»). Uma vez concluídas essas negociações, a decisão de aceitar a entrada desse país na União deve ser tomada por unanimidade pelos Estados-Membros reunidos no Conselho. O Parlamento Europeu deve também emitir um parecer conforme, o que significa que é necessário o voto favorável da maioria absoluta dos deputados que o compõem. O tratado de adesão deve depois ser ratificado pelos Estados-Membros e pelo país candidato em conformidade com os respectivos procedimentos constitucionais.

Durante o período de negociação, os países candidatos recebem geralmente auxílios da UE no âmbito da «Parceria de Adesão» com o objectivo de ajudar à sua recuperação económica. Normalmente também celebram «Acordos de Estabilização e Associação» com a União Europeia. Ao abrigo destes acordos, a União supervisiona directamente as reformas económicas e administrativas que os países candidatos têm de realizar para cumprir as condições de adesão à União Europeia.

III. ATÉ ONDE PODERÁ ALARGAR-SE A UNIÃO EUROPEIA?

a) Fronteiras geográficas

As discussões sobre a proposta de Tratado Constitucional mantidas na maioria dos países da UE revelaram que muitos europeus estão preocupados com os limites das fronteiras da União Europeia e até com a identidade da Europa. As respostas não são simples, especialmente porque os Estados-Membros não têm todos a mesma percepção dos seus interesses geopolíticos ou económicos. Os países bálticos e a Polónia defendem a adesão da Ucrânia à União Europeia, mas o que acham dos vizinhos da Ucrânia? A situação política da Bielorrússia e a posição estratégica da Moldávia suscitam algumas dificuldades. Se a Turquia entrar na União, o que acontece em relação à Arménia, à Geórgia e a outros países do Cáucaso?



A União Europeia contribui com auxílios financeiros para a construção da economia dos países seus vizinhos.

Apesar de preencherem as condições de adesão, o Listenstaine, a Noruega e a Suíça não são membros da União Europeia porque a opinião pública destes países não é actualmente favorável à respectiva integração na União Europeia.

Em vários Estados-Membros, a opinião pública divide-se em relação às fronteiras finais da União Europeia. Se fossem aplicados unicamente critérios geográficos, sem ter em consideração valores democráticos, a União Europeia — como o Conselho da Europa (que não é um organismo da União) — poderia chegar aos 47 Estados-Membros, incluindo a Rússia. No entanto, a adesão da Rússia criaria obviamente desequilíbrios inaceitáveis na UE em termos quer políticos quer geográficos.

A abordagem mais sensata será afirmar que qualquer país europeu poderá candidatar-se à UE, desde que possa integrar plenamente o acervo da União e esteja preparado para adoptar o euro. A integração europeia é um processo contínuo iniciado em 1950 e qualquer tentativa de congelar para sempre as fronteiras da União Europeia seria contrária a este processo.

b) Política de vizinhança

Os alargamentos que tiveram lugar em 2004 e 2007 empurraram as fronteiras da União Europeia mais para leste e para sul, suscitando assim a questão das relações da UE com os seus novos vizinhos. A estabilidade e a segurança são problemas que afectam as regiões fora das suas fronteiras e a União Europeia desejava evitar que se voltassem a erguer novas linhas divisórias entre ela e estas regiões vizinhas. Por exemplo, foi necessário tomar medidas de combate a ameaças emergentes à segurança, como a imigração ilegal, os cortes nos fornecimentos energéticos, a degradação ambiental, a criminalidade organizada transfronteiriça e o terrorismo. Por essa razão, a União criou uma nova Política Europeia de Vizinhança (PEV), que rege as relações com os vizinhos do leste (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia) e do sul (Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria, Territórios Palestinianos Ocupados e Tunísia).

Praticamente todos estes países têm «acordos de parceria e cooperação» bilaterais ou acordos de associação com a União Europeia que os obrigam a respeitarem valores comuns (como a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito) e a evoluírem no sentido da economia de mercado, do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza. A UE, por seu turno, oferece ajuda financeira, técnica e macroeconómica, acesso facilitado a vistos e um conjunto de medidas que ajudarão estes países a desenvolver-se.

Desde 1995, os países do sul do Mediterrâneo estão ligados à União Europeia por laços políticos, económicos e diplomáticos conhecidos como o «processo de Barcelona», que posteriormente passou a designar-se por «parceria euromediterrânica». Numa cimeira realizada em Paris em Julho de 2008, esta parceria foi novamente lançada sob a designação de «União para o Mediterrâneo», que reuniu os 27 Estados-Membros da União Europeia e 16 países parceiros do Sul do Mediterrâneo e do Médio Oriente.

A ajuda financeira da União aos dois grupos de países é gerida pelo Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP), que dispõe de aproximadamente 12 mil milhões de euros para 2007-2013.

Como funciona a União Europeia?

[4]

- ▶ Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia reúnem-se em Conselho Europeu para definir a orientação política global da União Europeia e tomar decisões sobre questões essenciais.
- ▶ O Conselho, composto por ministros dos Estados-Membros da União Europeia, reúne-se com frequência para tomar decisões políticas e preparar legislação da União Europeia.
- ▶ O Parlamento Europeu, que representa os cidadãos, partilha o poder legislativo e orçamental com o Conselho.
- ▶ A Comissão Europeia, que representa o interesse comum da União Europeia, é a instituição executiva por excelência, apresentando propostas de legislação e assegurando que as políticas da União Europeia sejam adequadamente aplicadas.

I. AS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA TOMADA DE DECISÕES

A União Europeia é mais do que uma confederação de Estados, mas não é um Estado federal. Na realidade, a sua estrutura não se insere em nenhuma categoria jurídica clássica. É historicamente única e o seu sistema de tomada de decisões tem vindo a evoluir constantemente há cerca de 60 anos.

Os tratados (o chamado «direito primário») estão na origem de um vasto corpo de «direito derivado», que tem incidência directa na vida quotidiana dos cidadãos da UE. O direito derivado consiste, principalmente, em regulamentos, directivas e recomendações adoptados pelas instituições da União Europeia.

Esta legislação, tal como as políticas da União em geral, é o resultado de decisões tomadas pelo Conselho (que representa os governos nacionais), pelo Parlamento Europeu (que representa os cidadãos) e pela Comissão Europeia (órgão independente dos governos dos Estados-Membros que representa o interesse colectivo dos europeus). Outras instituições e órgãos têm também um papel a desempenhar, como a seguir se descreve.

a) Conselho Europeu

O Conselho Europeu é a principal instituição política da União Europeia. É composta pelos chefes de Estado e de Governo — os presidentes e/ou primeiros-ministros — de todos os países membros da UE e pelo presidente da Comissão Europeia (ver mais adiante). Reúne-se, regra geral, quatro vezes por ano em Bruxelas. Tem um presidente permanente, a quem cabe coordenar os trabalhos do Conselho Europeu e assegurar a sua continuidade. O presidente permanente é eleito (por maioria qualificada dos votos dos membros) por um mandato de dois anos e meio e pode ser reeleito uma vez. O antigo primeiro-ministro belga, Herman Van Rompuy, ocupa este lugar desde 1 de Dezembro de 2009.

O Conselho Europeu estabelece os objectivos da União e define as formas de os alcançar. Constitui o centro impulsionador das principais iniciativas políticas da UE e toma decisões sobre questões difíceis em relação às quais o Conselho de ministros não tenha conseguido chegar a um acordo. O Conselho Europeu aborda ainda problemas da actualidade internacional através da «Política Externa e de Segurança Comum», que constitui um mecanismo de coordenação das políticas externas dos Estados-Membros da União Europeia.

b) Conselho da União Europeia

O Conselho (também conhecido por Conselho de ministros) é composto por ministros dos governos nacionais da UE. Os Estados-Membros exercem rotativamente a Presidência do Conselho por um período de seis meses. Nas reuniões do Conselho participa um ministro de cada Estado-Membro. Os ministros participantes variam em função da matéria inscrita na ordem de trabalhos: negócios estrangeiros, agricultura, indústria, transportes, ambiente, etc.

A principal função do Conselho consiste em aprovar legislação da União Europeia. Esta responsabilidade é normalmente partilhada com o Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu e o Conselho partilham igualmente idêntica responsabilidade na adopção do orçamento da União Europeia. É também o Conselho que assina os acordos internacionais negociados pela Comissão.

Segundo o Tratado de Lisboa, o Conselho delibera por maioria simples, por maioria qualificada ou por unanimidade, consoante a matéria em questão.

Nas questões mais importantes, como a fiscalidade, a alteração dos tratados, o lançamento de uma nova política comum ou a adesão à União de um novo Estado, o Conselho tem de deliberar por unanimidade.

Na maior parte dos outros casos, é utilizada a maioria qualificada, o que significa que uma decisão do Conselho só é adoptada se obtiver um determinado número mínimo de votos favoráveis. O número de votos atribuído a cada Estado-Membro é ponderado em função da dimensão relativa da sua população.

Até 1 de Novembro de 2014, partindo do princípio de que a União será ainda composta por 27 Estados-Membros, uma decisão é aprovada se:

- ▶ pelo menos 255 dos 347 votos (ou seja, 73,91%) forem a favor;
- ▶ for aceite pela maioria dos Estados-Membros, ou seja 14 no mínimo;
- ▶ e os Estados-Membros a favor da decisão representarem, pelo menos, 62% da população da União Europeia.



Uma Europa mais democrática: graças ao Tratado de Lisboa, os cidadãos europeus já podem propor novas leis.

A partir de 1 de Novembro de 2014, o sistema será simplificado de acordo com o estabelecido no Tratado de Lisboa. Qualquer decisão é aprovada se 55% dos Estados-Membros (ou seja, pelo menos 15 Estados) votarem a favor e se representarem pelo menos 65% da população da União Europeia.

c) Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu (PE) é o órgão eleito que representa os cidadãos da União. Controla as actividades da UE e participa no processo legislativo, juntamente com o Conselho. Desde 1979, os seus membros são eleitos por sufrágio universal directo, de cinco em cinco anos.

A seguir às últimas eleições para o PE, em Junho de 2009, o antigo primeiro-ministro polaco, Jerzy Buzek (do Partido Popular Europeu), foi eleito presidente do Parlamento por um período de dois anos e meio.



O Parlamento Europeu: é aqui que a sua voz poderá ser ouvida.

Os principais debates parlamentares têm lugar nas sessões mensais (conhecidas por «sessões plenárias»), onde estão presentes normalmente todos os membros do Parlamento Europeu. Em geral, as sessões plenárias têm lugar em Estrasburgo e todas as sessões extraordinárias são realizadas em Bruxelas. Todo o trabalho preparatório é igualmente feito em Bruxelas: a «Conferência dos presidentes» — ou seja, os presidentes dos grupos políticos juntamente com o presidente do Parlamento — define a ordem de trabalhos das sessões plenárias e as 20 comissões parlamentares redigem as alterações legislativas que vão ser debatidas. O trabalho administrativo diário do Parlamento é realizado pelo Secretariado-Geral, no Luxemburgo e em Bruxelas. Cada grupo político possui ainda um secretariado próprio.

Número de deputados no Parlamento Europeu por país a seguir às eleições de 2009

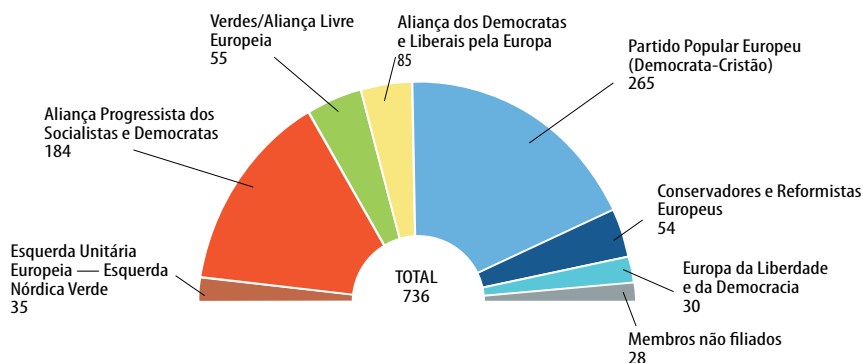
Alemanha	99	Irlanda	12
Áustria	17	Itália	72
Bélgica	22	Letónia	8
Bulgária	17	Lituânia	12
Chipre	6	Luxemburgo	6
Dinamarca	22	Malta	5
Espanha	50	Países Baixos	25
Eslováquia	13	Polónia	50
Eslovénia	7	Portugal	22
Estónia	6	Reino Unido	72
Finlândia	13	República Checa	22
França	72	Roménia	22
Grécia	22	Suécia	18
Hungria	22		
TOTAL			736

Nota: Uma decisão nos termos do Protocolo n.º 36 do Tratado de Lisboa prevê o aumento temporário do número total de deputados do PE para 754 até às próximas eleições, em 2014.

O Parlamento exerce uma função legislativa na União a dois níveis:

- Através do procedimento de «co-decisão», que é o processo legislativo comum, o Parlamento partilha com o Conselho a responsabilidade de legislar em todos os domínios políticos que necessitam de um voto por «maioria qualificada» no Conselho. Desde que entrou em vigor o Tratado de Lisboa, estes domínios abrangem cerca de 95% da legislação da UE. O Conselho e o Parlamento podem chegar a um acordo logo à primeira leitura. Se não conseguirem chegar a um acordo após duas leituras, a proposta é submetida a um Comité de Conciliação.
- Segundo o procedimento de «parecer favorável», o Parlamento tem de ratificar os acordos internacionais da União Europeia (negociados pela Comissão), incluindo qualquer novo tratado de alargamento da União Europeia.

Grupos políticos no Parlamento Europeu



Situação em Julho de 2010

O Parlamento Europeu partilha igualmente com o Conselho idêntica responsabilidade na adopção do orçamento da União (proposto pela Comissão Europeia). Pode rejeitar o orçamento proposto, o que aliás já fez em diversas ocasiões. Quando isto acontece, tem de ser reiniciado todo o processo orçamental. Através do exercício das suas competências orçamentais, o Parlamento influencia consideravelmente as políticas da UE.

Por último embora não menos importante, o Parlamento Europeu é o órgão de controlo democrático da União, em especial da Comissão Europeia. De cinco em cinco anos, quando chega o momento de nomear uma nova Comissão, o Parlamento Europeu recém-eleito pode aprovar ou rejeitar — por maioria simples — a pessoa nomeada pelo Conselho Europeu para o lugar de presidente da Comissão. Este voto reflecte de forma clara os resultados das eleições anteriores para o PE. O Parlamento também entrevista individualmente os membros propostos para integrarem a Comissão antes de aprovar a nova Comissão como um todo.

Tem igualmente o poder de demitir toda a Comissão, a qualquer momento, aprovando uma moção de censura por maioria de dois terços dos seus membros. O Parlamento controla ainda a gestão corrente das políticas comuns, formulando perguntas orais e escritas à Comissão e ao Conselho.

d) Comissão Europeia

A Comissão é uma instituição-chave da União Europeia. É a única que pode elaborar novas propostas de legislação, que depois transmite ao Conselho e ao Parlamento para discussão e aprovação.

Os seus membros são nomeados por cinco anos de comum acordo pelos Estados-Membros, após aprovação do Parlamento Europeu (como acima descrito). A Comissão é responsável perante o Parlamento e é obrigada a demitir-se em bloco se for objecto de uma moção de censura aprovada por esta instituição.

Há um membro da Comissão («comissário») por cada Estado-Membro da União Europeia, incluindo o presidente e o alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que é um dos vice-presidentes da Comissão.

Em 9 de Fevereiro de 2010, o Parlamento Europeu aprovou a nova Comissão. O antigo primeiro-ministro de Portugal, José Manuel Barroso, foi designado para um segundo mandato de cinco anos como presidente da Comissão.

A Comissão goza de um grau de independência considerável no exercício das suas atribuições. A sua missão é defender o interesse comum, o que significa que não deve sofrer pressões de qualquer governo nacional. Enquanto «guardião dos tratados», deve assegurar que os regulamentos e directivas adoptados pelo Conselho e pelo Parlamento estão a ser aplicados nos Estados-Membros. Se assim não for, a Comissão pode recorrer ao Tribunal de Justiça para impor a aplicação do direito da União.

Como órgão executivo da UE, a Comissão põe em prática as decisões tomadas pelo Conselho, em domínios como a política agrícola comum, por exemplo. Dispõe de amplos poderes na condução das políticas comuns da União Europeia como sejam a investigação e a tecnologia, o auxílio externo e o desenvolvimento regional, cujos orçamentos lhe estão confiados.

Os comissários são assistidos por uma administração dividida em 43 departamentos e serviços, sediados principalmente em Bruxelas e no Luxemburgo. Existem ainda várias agências constituídas para executarem determinadas tarefas em nome da Comissão, sediadas, na sua maioria, noutras cidades europeias.

e) Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça da União Europeia, sediado no Luxemburgo, é composto por um juiz por cada Estado-Membro e assistido por oito advogados-gerais, designados por comum acordo entre os governos dos Estados-Membros para um mandato renovável de seis anos. A sua independência está assegurada. A missão do Tribunal de Justiça é garantir o cumprimento do direito da UE e a interpretação e aplicação correctas dos tratados.

f) Banco Central Europeu

O Banco Central Europeu (BCE), sediado em Frankfurt, é responsável pela gestão do euro e da política monetária da União Europeia (ver o capítulo 7: «O euro»). A sua principal responsabilidade consiste em garantir a estabilidade dos preços na área do



O Tribunal de Justiça garante o respeito pela legislação europeia. Por exemplo, assegurou a proibição de toda e qualquer discriminação contra trabalhadores deficientes.

euro. O Banco Central conquistou o estatuto de instituição da União Europeia ao abrigo do Tratado de Lisboa.

g) Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas Europeu, sediado no Luxemburgo, foi criado em 1975. É composto por um membro de cada país da União, designado por um período de seis anos por acordo entre os Estados-Membros, após consulta do Parlamento Europeu. O Tribunal de Contas verifica a legalidade e a regularidade das receitas e despesas da União Europeia, assim como a sua boa gestão financeira.

II. OUTROS ÓRGÃOS

a) Comité Económico e Social Europeu

Quando tomam decisões num determinado número de domínios políticos, o Conselho e a Comissão consultam o Comité Económico e Social Europeu (CESE). Os membros deste comité representam os vários grupos de interesses económicos e sociais que formam a «sociedade civil organizada» e são designados pelo Conselho por um período de cinco anos.

b) Comité das Regiões

O Comité das Regiões é composto por representantes das autoridades regionais e locais, nomeados por cinco anos pelo Conselho, sob proposta dos Estados-Membros. O Conselho e a Comissão devem consultar o Comité das Regiões sobre matérias relevantes para as regiões, podendo o Comité também emitir pareceres por sua própria iniciativa.

c) Banco Europeu de Investimento

O Banco Europeu de Investimento, sediado no Luxemburgo, concede empréstimos e garantias para ajudar as regiões menos desenvolvidas da União Europeia e tornar as empresas mais competitivas.

O que faz a União Europeia?

[5]

- ▶ A União Europeia actua numa vasta série de domínios políticos em que a sua acção é benéfica para os Estados-Membros, incluindo:
 - as políticas de inovação, que introduzem as tecnologias mais avançadas em áreas como a protecção do ambiente, a investigação e o desenvolvimento e a energia;
 - as políticas de solidariedade (também conhecidas como políticas de coesão) em questões regionais, agrícolas e sociais.
- ▶ Para essas políticas, a União dispõe de um orçamento anual que lhe permite complementar e acrescentar valor às acções dos governos nacionais. O orçamento da União Europeia é reduzido comparativamente à riqueza colectiva dos Estados-Membros: não mais de 1,23% do rendimento nacional bruto do conjunto dos Estados-Membros.

I. POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

As actividades da União Europeia têm impacto no quotidiano dos seus cidadãos, procurando responder aos desafios concretos da sociedade: protecção do ambiente, saúde, inovação tecnológica, energia, etc.

a) O ambiente e o desenvolvimento sustentável

A UE tem como objectivo ajudar a prevenir as alterações climáticas através da redução drástica das emissões de gases com efeito de estufa. Em Dezembro de 2008, o Conselho Europeu decidiu que até 2020 a União Europeia reduziria as suas emissões em pelo menos 20% (comparativamente com os níveis de 1990), aumentaria a quota do mercado de energias renováveis para 20% e diminuiria o consumo energético global em 20%. Decidiu ainda que 10% do combustível utilizado nos transportes deveria vir dos biocombustíveis, da electricidade ou do hidrogénio.

Na cimeira de Copenhaga, realizada em 19 de Dezembro de 2009, a União tentou convencer outras grandes potências mundiais a adoptarem metas equivalentes, mas o seu êxito foi limitado. Todas as partes aceitaram a necessidade de limitar o aumento do aquecimento global para uma média de 2°C acima dos níveis pré-industriais, mas ainda não foi assumido qualquer compromisso colectivo de atingir esta meta. Não obstante, a União Europeia conseguiu que os países desenvolvidos aceitassem contribuir com 20 mil milhões de euros para o financiamento de acções dos países em desenvolvimento contra as alterações climáticas.



A União Europeia está na primeira linha da luta a favor da prevenção das alterações climáticas e do incentivo ao desenvolvimento sustentável.

A União Europeia está igualmente a tomar medidas para enfrentar vários outros problemas ambientais como o ruído, os resíduos, a protecção dos habitats naturais, os gases de escape, os produtos químicos, os acidentes industriais e a limpeza das águas balneares. Está ainda a desenvolver uma abordagem colectiva de prevenção de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, como derrames de hidrocarbonetos ou incêndios florestais.

A legislação da União Europeia está constantemente a ser aperfeiçoada com o intuito de oferecer melhor protecção da saúde pública. A legislação da União sobre produtos químicos, por exemplo, tem vindo a ser reformulada a fim de substituir normas anteriores, elaboradas caso a caso, por um sistema único de registo, avaliação e autorização dos produtos químicos designado REACH (*Registration, Evaluation and Authorisation of Chemicals*). Este sistema utiliza uma base de dados central, gerida (desde 2008) pela Agência Europeia dos Produtos Químicos, sediada em Helsínquia. O objectivo é evitar a contaminação do ar, da água, do solo e dos edifícios, preservar a biodiversidade e melhorar a saúde e a segurança dos cidadãos da UE, mantendo simultaneamente a competitividade da indústria europeia.

b) A inovação tecnológica

Os fundadores da União Europeia previram acertadamente que a futura prosperidade da Europa iria depender da sua capacidade de se manter na liderança do progresso tecnológico a nível mundial. Perceberam as vantagens da investigação europeia conjunta. Por isso, paralelamente à CEE, foi criada em 1958 a Euratom, a Comunidade Europeia da Energia Atómica. O seu objectivo era permitir que os Estados-Membros explorassem em conjunto a energia nuclear para fins pacíficos, com o apoio do Centro Comum de Investigação (CCI). O centro é constituído por sete institutos repartidos por cinco locais: Ispra (Itália), Karlsruhe (Alemanha), Petten (Países Baixos), Geel (Bélgica) e Sevilha (Espanha).

No entanto, a aceleração da concorrência mundial levou a investigação europeia a promover a diversificação e a quebrar as barreiras entre programas de investigação nacionais, pondo a trabalhar em conjunto a mais ampla variedade possível de cientistas e investigadores e ajudando-os a encontrar aplicações industriais para as suas descobertas.

Pretende-se que a investigação conjunta a nível da União Europeia seja complementar dos programas nacionais de investigação. Esta investigação centra-se em projectos que envolvem diversos laboratórios de vários Estados-Membros. Apoia também a investigação fundamental em domínios como a fusão termonuclear controlada (uma fonte de energia potencialmente inesgotável para o século XXI). Além disso, incentiva



A União Europeia incentiva projectos de inovação e investigação, como o «Galileu», o sistema europeu de navegação por satélite.

a investigação e o desenvolvimento tecnológico em indústrias estratégicas como a electrónica e a informática, confrontadas com forte concorrência externa.

A meta da UE é investir 3% do seu PIB em investigação. O principal mecanismo de financiamento da investigação da UE é constituído por programas-quadro. O sétimo programa-quadro de investigação e de desenvolvimento tecnológico abrange o período de 2007-2013. O orçamento, de mais de 50 mil milhões de euros, está a ser maioritariamente consagrado a áreas como a saúde, a alimentação e a agricultura, as tecnologias da informação e da comunicação, as nanociências, a energia, o ambiente, os transportes, a segurança, o espaço e as ciências socioeconómicas. Outros programas promovem a cooperação internacional em projectos de investigação de vanguarda e o apoio aos investigadores e ao desenvolvimento das suas carreiras.

c) energia

Os combustíveis fósseis — petróleo, gás natural e carvão — fornecem 80% da energia consumida na União Europeia. Uma proporção considerável e cada vez maior destes combustíveis é importada do exterior da UE. A dependência em relação às importações de gás e de petróleo, que corresponde actualmente a 50%, poderá ascender a 70% até 2030. A União tornar-se-á, portanto, mais vulnerável a rupturas de aprovisionamento ou subidas de preços provocadas por crises internacionais. Outro motivo pelo qual deverá reduzir o seu consumo de combustíveis fósseis é a necessidade de inverter o processo de aquecimento global.

Vários passos terão de ser dados no futuro: poupar energia utilizando-a de forma mais inteligente, desenvolver fontes de energia alternativas (em especial, as energias renováveis na Europa) e reforçar a cooperação internacional. A I&D europeia no domínio da energia incide sobre a energia solar, eólica, de biomassa e nuclear. Existem ainda projectos-piloto que visam o desenvolvimento de tecnologias para a captação e o armazenamento de CO₂ e a viabilização comercial dos veículos movidos a pilhas de hidrogénio. Além disso, a UE investiu 1,6 mil milhões de euros no projecto «clean sky» para a criação de aviões menos poluentes.

II. POLÍTICAS DE SOLIDARIEDADE

Para garantir o bom funcionamento do mercado único (ver capítulo 6), os desequilíbrios que ocorrem nesse mercado devem ser corrigidos. É esse o objectivo das «políticas de solidariedade», concebidas para ajudar as regiões menos desenvolvidas e os sectores industriais com dificuldades. A União Europeia também tem de contribuir para a reconversão das indústrias que foram duramente atingidas pelo rápido crescimento da concorrência internacional.

a) Auxílio regional

No âmbito da política regional da União Europeia, os fundos da União Europeia destinam-se a acelerar o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, a reconverter as zonas industriais em declínio, a promover a integração profissional dos jovens e dos desempregados de longa duração e a modernizar a agricultura e as zonas rurais mais desfavorecidas.

Os fundos destinados à ajuda regional entre 2007-2013 centram-se em três objectivos:

- ▶ **Convergência.** Com este objectivo, pretende-se acelerar a convergência das regiões e dos países menos desenvolvidos para a média da UE, melhorando as condições de crescimento e de emprego, o que implica um investimento no capital físico e humano, na inovação, na sociedade do conhecimento, na adaptabilidade, no ambiente e na eficácia administrativa.
- ▶ **Competitividade regional e emprego.** Com este objectivo, pretende-se aumentar a competitividade, o emprego e o carácter atractivo de regiões que não sejam as menos desenvolvidas. A forma de o conseguir consiste em prever as alterações económicas e sociais e promover a inovação, o empreendedorismo, a protecção do ambiente, a acessibilidade, a adaptabilidade e o desenvolvimento de mercados de trabalho inclusivos.
- ▶ **Cooperação territorial europeia.** Com este objectivo, pretende-se fomentar a cooperação a nível transfronteiriço, transnacional e inter-regional, ajudando autoridades vizinhas a encontrar soluções comuns para problemas partilhados em sectores como o desenvolvimento urbano, rural e costeiro. Por exemplo, os países e autoridades regionais junto do Danúbio e do mar Báltico partilham estratégias comuns para o desenvolvimento sustentável destas regiões.

Estes objectivos são financiados por fundos específicos da União Europeia, conhecidos por «fundos estruturais», que vêm completar ou incentivar os investimentos do sector privado e das administrações centrais e regionais.

- ▶ **O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)** destina-se a financiar projectos de desenvolvimento regional e a acelerar o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, o que inclui a reconversão das regiões industriais em declínio.
- ▶ **O Fundo Social Europeu (FSE)** financia a formação profissional e promove a integração profissional.

A par destes fundos estruturais, existe o Fundo de Coesão, que financia infra-estruturas de transporte e projectos ambientais nos Estados-Membros cujo produto interno bruto (PIB) *per capita* é inferior a 90% da média da União.

b) A política agrícola comum e a política comum de pescas

A política agrícola comum (PAC), tal como foi instituída no Tratado de Roma original de 1957, pretendia assegurar à população agrícola um nível de vida condigno, estabilizar os mercados, garantir que os produtos chegam aos consumidores a preços razoáveis e modernizar as infra-estruturas agrícolas. Estes objectivos foram amplamente alcançados. Além disso, hoje os consumidores gozam de segurança de abastecimento e os preços dos produtos agrícolas mantêm-se estáveis, ao abrigo das flutuações do mercado mundial. Esta política é financiada pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Não obstante, a PAC tornou-se vítima do seu próprio êxito. A produção cresceu muito mais rapidamente do que o consumo, gerando pesados encargos para o orçamento da União Europeia. Para resolver este problema, a política agrícola teve de ser redefinida. A reforma daí decorrente começa agora a dar os seus frutos: a produção passou a estar controlada.



A agricultura tem de produzir alimentos seguros e de qualidade.

O novo papel da comunidade agrícola é o de assegurar uma certa actividade económica em cada território e proteger a diversidade dos meios rurais europeus. Esta diversidade e o reconhecimento de uma «cultura rural» — a relação harmoniosa entre o homem e a terra — constituem um importante elemento da identidade europeia. Por outro lado, a agricultura europeia tem também um papel importante a desempenhar no combate às alterações climáticas, na protecção da vida selvagem e na alimentação da população mundial.

A Comissão Europeia representa a União em negociações internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC). A UE quer que a OMC dê maior destaque à qualidade dos alimentos, ao princípio da precaução («mais vale prevenir do que remediar») e ao bem-estar dos animais.

A partir de 2013, a Comissão Europeia pretende que a PAC dê prioridade à sustentabilidade da agricultura europeia, à protecção dos agricultores face à volatilidade dos mercados, à preservação da biodiversidade e à protecção dos produtos e especialidades locais e regionais.

De igual modo, a União Europeia deu início à reforma da política das pescas, com o objectivo principal de proteger os recursos pesqueiros (como a espécie ameaçada do atum-rabilho) e reduzir o excesso de capacidade das frotas de pesca, ao mesmo tempo que presta assistência financeira às pessoas que abandonam a indústria pesqueira.

c) A dimensão social

O objectivo da política social da União é corrigir as desigualdades mais flagrantes da sociedade europeia. O Fundo Social Europeu (FSE) foi criado em 1961 para promover a criação de emprego e a mobilidade profissional e/ou geográfica dos trabalhadores.

A ajuda financeira não é o único instrumento com que a UE procura melhorar as condições sociais na Europa. Por si só, esta ajuda nunca poderia resolver todos os problemas gerados pela recessão económica ou pelo subdesenvolvimento de algumas regiões. Os efeitos dinâmicos do crescimento devem, acima de tudo, favorecer o progresso social. Paralelamente, deve existir legislação que garanta uma base sólida de direitos mínimos. Alguns destes direitos estão consagrados nos tratados — por exemplo, o direito de homens e mulheres a salário igual por trabalho igual. Outros estão consignados em directivas relativas à protecção dos trabalhadores (saúde e segurança no trabalho) e em normas essenciais de segurança.

A Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, que em 1997 se tornou parte integrante do Tratado, enuncia os direitos de que devem beneficiar todos os trabalhadores na União Europeia: livre circulação, justa remuneração, melhores condições de trabalho, protecção social, direito de associação e de negociação colectiva, direito a formação profissional, igualdade de tratamento entre homens e mulheres, informação, consulta e participação, saúde e segurança no local de trabalho e protecção das crianças, dos idosos e dos deficientes.

III. PAGAR PARA A EUROPA: O ORÇAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA

Para financiar as suas políticas, a União Europeia dispõe de um orçamento anual que, em 2010, ascendeu a mais de 140 mil milhões de euros. Este orçamento é financiado pelos denominados «recursos próprios» da UE, não podendo exceder 1,23% do rendimento nacional bruto do conjunto dos Estados-Membros.

Os referidos recursos são obtidos principalmente a partir de:

- ▶ direitos aduaneiros cobrados sobre os produtos importados para a União,, incluindo direitos niveladores agrícolas;
- ▶ uma percentagem do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) cobrado sobre bens e serviços no conjunto da União Europeia;
- ▶ contribuições dos Estados-Membros em consonância com a respectiva riqueza.

Cada orçamento anual inscreve-se num ciclo orçamental de sete anos: as chamadas «perspectivas financeiras». As perspectivas financeiras são propostas pela Comissão e requerem aprovação unânime por parte dos Estados-Membros e negociação e acordo com o Parlamento Europeu. As próximas perspectivas financeiras abrangerão o período entre 2013-2020.

A distribuição das despesas pode ser ilustrada através do orçamento de 2010:

- ▶ competitividade e coesão: 64 mil milhões de euros, incluindo os fundos estruturais, o Fundo de Coesão, os programas de investigação e as rede transeuropeias de transporte e de energia;
- ▶ gestão dos recursos naturais: 60 mil milhões de euros, essencialmente destinados à agricultura e ao desenvolvimento rural;
- ▶ «cidadania, liberdade, segurança e justiça» (ver capítulo 10): 1,6 mil milhões de euros;
- ▶ a União como parceiro global (auxílios, comércio, etc.): 8 mil milhões de euros;
- ▶ despesas administrativas: 8 mil milhões de euros.

QUEM FAZ O QUÊ? PARTILHA DE RESPONSABILIDADES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E OS ESTADOS-MEMBROS

A União Europeia

é a única

responsável:

- ▶ pela união aduaneira
- ▶ pelas normas que regem a concorrência no seio do mercado interno
- ▶ pela política monetária nos países da área do euro
- ▶ pela conservação dos recursos biológicos marinhos ao abrigo da política comum de pescas
- ▶ pela política comercial comum
- ▶ pela celebração de acordos internacionais conforme o previsto na legislação da UE

A União Europeia e os Estados-Membros são conjuntamente responsáveis:

- ▶ pelo mercado interno
- ▶ por determinadas áreas da política social, tal como previsto no Tratado de Lisboa
- ▶ pela coesão económica e social
- ▶ pela agricultura e as pescas, excluindo a conservação de recursos biológicos marinhos
- ▶ pelo ambiente
- ▶ pela protecção dos consumidores
- ▶ pelos transportes
- ▶ pelas redes transeuropeias
- ▶ pela energia
- ▶ pela criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça
- ▶ pelas áreas da segurança comum relacionadas com a saúde pública, como previsto no Tratado de Lisboa
- ▶ pela investigação, o desenvolvimento tecnológico e o espaço
- ▶ pela cooperação para o desenvolvimento e a ajuda humanitária

Áreas pelas quais o Estado-Membro continua responsável e em que a UE pode desempenhar um papel de apoio ou coordenação:

- ▶ protecção e melhoria da saúde humana
- ▶ indústria
- ▶ cultura
- ▶ turismo
- ▶ educação, formação profissional, juventude e desporto
- ▶ protecção civil
- ▶ cooperação administrativa

- ▶ O mercado interno é uma das maiores realizações da União Europeia. Gradualmente, as restrições ao comércio e à livre concorrência entre os Estados-Membros foram sendo eliminadas, contribuindo para a melhoria dos níveis de vida.
- ▶ O mercado interno ainda não se tornou uma economia única: alguns sectores de actividade (em especial, os serviços de interesse público) continuam a estar sujeitos às leis nacionais. A livre prestação de serviços é positiva, porque estimula a actividade económica.
- ▶ A crise financeira de 2008-2009 obrigou a União Europeia a reforçar a sua legislação financeira.
- ▶ Ao longo dos anos, a União Europeia tem introduzido uma série de políticas (de transporte, concorrência, etc.) que ajudam a garantir que a abertura do mercado interno beneficia o maior número possível de empresas e consumidores.

I. ALCANÇAR O OBJECTIVO DE 1993

a) Os limites do mercado interno

O Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia (CEE), de 1957, tornou possível abolir as barreiras aduaneiras entre Estados-Membros e aplicar uma pauta aduaneira comum aos bens provenientes de países terceiros. Este objectivo foi conseguido em 1 de Julho de 1968.

No entanto, os direitos aduaneiros constituem apenas um aspecto do protecçãoismo. Nos anos 70, houve outros entraves que dificultaram a realização completa do mercado interno. As especificações técnicas, as normas de saúde e de segurança, os controlos cambiais e as regulamentações nacionais relativas ao exercício das profissões restringiam, todos eles, a livre circulação de pessoas, de mercadorias e de capitais.

b) O objectivo de 1993

Em Junho de 1985, a Comissão, presidida na altura por Jacques Delors, publicou um livro branco que estabelecia os planos de supressão, num prazo de sete anos, de todos os entraves físicos, técnicos e fiscais à livre circulação no espaço da CEE. O objectivo era promover o crescimento da actividade comercial e industrial dentro do «mercado interno» — um amplo espaço económico unificado, à semelhança do mercado americano.

Das negociações entre os governos dos Estados-Membros resultou um tratado novo — o Acto Único Europeu, que entrou em vigor em Julho de 1987 e previa:

- ▶ o alargamento das competências da CEE em determinados domínios políticos (como a política social, a investigação e o ambiente);
- ▶ o estabelecimento do mercado interno até finais de 1992;
- ▶ a utilização mais frequente da votação por maioria no Conselho de ministros, facilitando a tomada de decisões relativas ao mercado interno.

II. AVANÇOS NA CONSTRUÇÃO DO MERCADO INTERNO

a) Entraves físicos

Todos os controlos de mercadorias nas fronteiras internas da União Europeia foram abolidos, juntamente com os controlos aduaneiros de pessoas, mas as forças policiais continuam a efectuar controlos pontuais no âmbito da luta contra a criminalidade e a droga.

Em Junho de 1985, cinco dos 10 Estados-Membros assinaram o Acordo de Schengen, ao abrigo do qual as forças policiais nacionais se comprometeram a trabalhar em conjunto, e foi constituída uma política comum de asilo e de vistos. Isto tornou possível a abolição total dos controlos de pessoas nas fronteiras entre os países de Schengen (ver capítulo 10: «Uma Europa de liberdade, segurança e justiça»). Actualmente, o Espaço Schengen é composto por 25 países europeus, incluindo três países (Islândia, Noruega e Suíça) que não são membros da União Europeia.

b) Entraves técnicos

Os países da União aceitaram reconhecer as regulamentações nacionais em relação à compra e venda da maior parte dos produtos. Desde o conhecido acórdão do Tribunal de Justiça Europeu de 1979 relativo ao processo «Cassis de Dijon» que todos os produtos legalmente fabricados e comercializados num Estado-Membro devem poder ser introduzidos no mercado dos outros Estados-Membros.

Em relação aos serviços, os países da União reconhecem as normas nacionais dos outros Estados-Membros ou coordenam as suas regulamentações nacionais para permitir o exercício de profissões como a advocacia, a medicina, o turismo, a banca ou os seguros. No entanto, a livre circulação de pessoas está longe de ser completa. Não obstante a directiva de 2005 que reconhece as qualificações profissionais, certas categorias de trabalhadores que pretendem exercer a sua actividade noutro Estado-Membro ainda se deparam com obstáculos. Todavia, os profissionais qualificados (sejam eles advogados ou médicos, construtores ou canalizadores) são cada vez mais livres de exercerem a sua profissão em qualquer parte da União Europeia.

A Comissão Europeia tomou medidas para favorecer a mobilidade dos trabalhadores, especialmente para assegurar que os diplomas e qualificações profissionais obtidos num país da União Europeia sejam reconhecidos em todos os outros.

c) Entraves fiscais

Os entraves fiscais foram reduzidos graças à harmonização parcial das taxas nacionais de IVA, que têm de ser acordadas entre os Estados-Membros da União Europeia. Além disso, em Julho de 2005, entrou em vigor um acordo entre os Estados-Membros e alguns outros países (incluindo a Suíça) relativo à tributação dos rendimentos dos investimentos.

d) Contratos públicos

Independentemente da entidade que os celebra, os contratos públicos em qualquer país da UE passaram a estar abertos à concorrência em todo o território da União, por força de directivas que abrangem os serviços, os fornecimentos e as obras em muitos sectores, incluindo a água, a energia e as telecomunicações.



Ao abrir o mercado das telecomunicações à concorrência, a União Europeia conseguiu uma redução significativa dos custos.

O mercado interno traz benefícios a todos os consumidores. A abertura dos mercados nacionais de serviços, por exemplo, fez baixar o preço das chamadas telefónicas nacionais para uma fracção do seu preço de há dez anos. Apoiada nas novas tecnologias, a Internet é cada vez mais utilizada para chamadas telefónicas. As tarifas das passagens aéreas também baixaram de forma significativa na Europa sob a pressão da concorrência.

III. TRABALHOS EM CURSO

a) Serviços financeiros

No seguimento da crise do *subprime* dos Estados Unidos da América, em 2008 os sistemas bancários e as economias mundiais foram abalados por uma crise financeira gigantesca, e em 2009 a União Europeia mergulhou numa recessão. Por iniciativa da UE, o G20 reuniu em Londres, em 2 de Abril de 2009. Os seus membros comprometeram-se a reformar o sistema financeiro para o tornar mais transparente e responsável. As autoridades de supervisão em toda a Europa serão responsáveis pela fiscalização de *hedge funds* e deverão assegurar uma maior protecção dos depósitos bancários, restringir os lucros dos operadores e tomar medidas mais eficazes de prevenção e gestão de crises.

b) Pirataria e contrafacção

Há que proteger os produtos da União Europeia contra a pirataria e a contrafacção. Segundo a Comissão Europeia, estas práticas custam cada ano milhares de postos de trabalho à União, razão pela qual a Comissão e os governos nacionais estão a trabalhar a fim de ampliar a protecção dos direitos de autor e das patentes.

IV. POLÍTICAS SUBJACENTES AO MERCADO INTERNO

a) Transportes

A actividade da União concentrou-se sobretudo na livre prestação de serviços no domínio dos transportes terrestres. Tal implica, em especial, dar às empresas de transportes liberdade de acesso ao mercado dos transportes internacionais e permitir aos transportadores de qualquer país da UE operarem em todos os Estados-Membros. A União Europeia envida igualmente esforços para garantir uma concorrência leal nos transportes rodoviários, através (por exemplo) da harmonização da regulamentação das qualificações e do acesso à profissão, da liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços, dos períodos de condução e da segurança nas estradas.

O transporte aéreo na Europa era controlado pelas companhias aéreas nacionais e aeroportos públicos. O mercado interno mudou tudo. Actualmente, todas as companhias aéreas da União são livres de prestar serviços aéreos em qualquer rota da UE e de praticar as tarifas que pretenderem. Como resultado, abriram-se muitas rotas novas e os preços caíram a pique. Todos beneficiaram: passageiros, companhias aéreas, aeroportos e trabalhadores.



As novas regras da União Europeia sobre a governação económica e financeira contribuíram para o saneamento e o reforço do sector bancário.

Os passageiros estão igualmente a lucrar com a concorrência crescente entre companhias ferroviárias. Por exemplo, desde 2010 que as estações com linhas de alta velocidade em França e Itália são servidas tanto por comboios franceses como italianos.

Os transportes marítimos estão sujeitos a regras de concorrência que se aplicam tanto aos armadores europeus como aos navios que arvoem pavilhão de países terceiros. Estas regras destinam-se a controlar as práticas tarifárias desleais (pavilhões de conveniência), bem como a fazer face às graves dificuldades com que se defronta a indústria dos estaleiros navais na Europa.

No início do século XXI, a União Europeia começou a financiar projectos tecnológicos ambiciosos, como o sistema de navegação por satélite Galileu, o sistema europeu de gestão do tráfego ferroviário e o SESAR — um programa de modernização dos sistemas de navegação aérea. As regras de segurança rodoviária (sobre a manutenção dos veículos, o transporte de mercadorias perigosas e a segurança nas estradas, entre outras) estão muito mais duras. Graças à Carta de Direitos dos Passageiros Aéreos e à legislação europeia recente sobre os direitos dos passageiros ferroviários, os direitos dos passageiros estão mais protegidos. Foi publicada pela primeira vez em 2005 uma lista das companhias aéreas que não estão autorizadas a sobrevoar o espaço aéreo da União Europeia.

b) Concorrência

A política de concorrência da União Europeia é indispensável para assegurar que a concorrência no interior do mercado interno europeu é não só livre mas também leal. Esta política é aplicada pela Comissão Europeia que, juntamente com o Tribunal de Justiça, assume a responsabilidade de garantir o seu cumprimento.

O objectivo desta política é evitar que qualquer cartel de empresas, auxílio estatal ou monopólio abusivo venha falsear a liberdade de concorrência no mercado interno.

Todos os acordos abrangidos pelas regras do Tratado devem ser comunicados à Comissão Europeia pelas empresas ou organizações neles envolvidas. A Comissão pode multar directamente quaisquer empresas que não respeitem as regras da concorrência ou se abstenham de lhe comunicar acordos previstos — como aconteceu com a Microsoft, que foi multada em 900 milhões de euros em 2008.

Na eventualidade de um auxílio estatal ilegal ou não notificado, a Comissão pode exigir a sua devolução. Qualquer fusão ou concentração de empresas que possa criar uma situação de posição dominante num mercado específico deve igualmente ser comunicada à Comissão.

c) Protecção dos consumidores e saúde pública

A legislação da União nesta matéria visa oferecer a todos os consumidores o mesmo nível de protecção financeira e sanitária, independentemente do país da União em que vivem, para onde viajam ou onde fazem as suas compras. Crises de segurança alimentar, como a «doença das vacas loucas», em finais da década de 90, trouxeram a necessidade de uma protecção ao nível da UE para a ordem do dia. Em 2002, foi constituída a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA), responsável por constituir uma base científica sólida para a legislação relativa à segurança dos alimentos.

A necessidade de protecção dos consumidores ao nível europeu é sentida em muitas outras áreas, pelo que existem inúmeras directivas da União Europeia sobre a segurança dos cosméticos, dos brinquedos, do fogo de artifício, etc. Em 1993, foi criada a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) para gerir os pedidos de autorização de introdução no mercado de medicamentos. Nenhum medicamento pode ser comercializado na UE sem a autorização desta Agência.

A União Europeia também toma medidas para proteger os consumidores de publicidade falsa e enganosa, de produtos defeituosos e de abusos em áreas como o crédito ao consumidor e as compras por correspondência ou pela Internet.

- ▶ O euro é a moeda única da União Europeia, partilhada por 17 dos 27 Estados-Membros. Foi introduzida para transacções não financeiras em 1999 e para todo o tipo de pagamentos em 2002, quando as moedas e as notas entraram em circulação.
- ▶ Cada novo Estado-Membro deverá entrar na área do euro assim que preencha os critérios necessários. Prevê-se que praticamente todos os Estados-Membros entrem na área do euro a longo prazo.
- ▶ O euro comporta várias vantagens para os consumidores europeus. Os viajantes são poupados ao custo e ao incómodo de terem de cambiar moeda. Os compradores podem comparar directamente preços nos diferentes países. Os preços mantêm-se estáveis graças ao Banco Central Europeu, cuja função é assegurar esta estabilidade. De resto, o euro tornou-se uma das principais moedas de reserva, ao lado do dólar. Durante a crise financeira de 2008, os países da área do euro mantiveram-se protegidos da desvalorização concorrencial e dos ataques dos especuladores graças à moeda comum.
- ▶ A fraqueza estrutural das economias de alguns Estados-Membros torna, todavia, o euro vulnerável a ataques especulativos. Para combater este risco, as instituições da União Europeia e os 27 Estados-Membros decidiram, em 9 de Maio de 2010, constituir um «mecanismo de estabilização financeira» no montante de 750 mil milhões de euros. A questão prioritária para o futuro é garantir uma maior coordenação e solidariedade económica entre os Estados-Membros, que são responsáveis por assegurar uma boa governação das suas finanças públicas e a redução dos seus défices orçamentais.

I. CRIAÇÃO DO EURO

a) O Sistema Monetário Europeu

Quando, em 1971, os Estados Unidos decidiram abolir a relação fixa entre o dólar e o preço oficial do ouro, que assegurava a estabilidade monetária mundial desde a Segunda Guerra Mundial, pôs-se termo ao sistema de taxas de câmbio fixas. Os governadores dos bancos centrais da CEE decidiram limitar a 2,25% as margens de flutuação entre as moedas europeias, o que levou à criação do Sistema Monetário Europeu (SME), que começou a funcionar em Março de 1979.

b) Do SME para a UEM

No Conselho Europeu de Madrid, em Junho de 1989, os dirigentes da União adoptaram um plano em três etapas para uma união económica e monetária (UEM). Este plano foi integrado no Tratado de Maastricht sobre a União Europeia, adoptado pelo Conselho Europeu em Dezembro de 1991.

II. A UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

a) As três etapas

A primeira etapa, que teve início em 1 de Julho de 1990, implicou:

- ▶ total liberdade de circulação de capitais na União Europeia (supressão dos controlos cambiais);
- ▶ aumento dos fundos estruturais de modo a intensificar os esforços de eliminação dos desequilíbrios entre regiões europeias;
- ▶ convergência económica, através da supervisão multilateral das políticas económicas dos Estados-Membros.

A segunda etapa começou em 1 de Janeiro de 1994 e implicou:

- ▶ criação do Instituto Monetário Europeu (IME) em Frankfurt, composto pelos governadores dos bancos centrais dos países da União Europeia;
- ▶ tornar (ou manter) os bancos centrais nacionais independentes do controlo dos governos;
- ▶ introdução de regulamentação sobre a redução dos défices orçamentais.

A terceira etapa foi o processo de nascimento do euro. Entre 1 de Janeiro de 1999 e 1 de Janeiro de 2002, o euro foi progressivamente introduzido como a moeda comum dos países da União Europeia participantes (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal). O Banco Central Europeu (BCE) substituiu o IME e passou a ser responsável pela política monetária, que é definida e executada na nova divisa.

Houve três países (a Dinamarca, a Suécia e o Reino Unido) que, por motivos políticos e técnicos, não aderiram ao euro quando este foi lançado. A Eslovénia aderiu à área do euro em 2007, seguida de Chipre e de Malta em 2008, da Eslováquia em 2009 e da Estónia em 2011.

A área do euro é, portanto, constituída por 17 países da União Europeia e cada novo Estado-Membro entrará no euro mal preencha os critérios necessários.

b) Os critérios de convergência

Para poder entrar na área do euro, cada Estado-Membro deve cumprir os cinco critérios de convergência seguintes:

- ▶ **estabilidade dos preços:** a taxa de inflação não pode ultrapassar em mais de 1,5% a média dos três Estados que tenham a inflação mais baixa;
- ▶ **taxas de juro:** as taxas de juro a longo prazo não podem variar mais de 2% em relação à média das taxas dos três Estados com taxas mais baixas;
- ▶ **défices:** os défices públicos nacionais devem ser inferiores a 3% do PIB;
- ▶ **dívida pública:** a dívida pública não pode exceder 60% do PIB;
- ▶ **estabilidade das taxas de câmbio:** as taxas de câmbio deverão ter-se mantido dentro da margem de flutuação autorizada durante os dois anos anteriores.

c) O Pacto de Estabilidade e Crescimento

Em Junho de 1997, o Conselho Europeu de Amesterdão adoptou um pacto de estabilidade e crescimento que consiste num compromisso permanente relativamente à manutenção da disciplina orçamental e torna possível a aplicação de sanções a qualquer país da área do euro cujo défice orçamental exceda os 3% do PIB. O Pacto veio a ser considerado demasiado severo e sofreu uma reforma em Março de 2005.

d) O Eurogrupo

O Eurogrupo é composto pelos ministros das Finanças dos países da área do euro, que se reúnem para coordenar as políticas económicas e supervisionar as políticas orçamentais e financeiras dos Estados-Membros. O Eurogrupo também representa os interesses do euro em fóruns internacionais.

O Tratado de Lisboa formalizou o estatuto do Eurogrupo. Em Janeiro de 2010, o primeiro-ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, foi reeleito presidente do Eurogrupo por mais dois anos e meio.



Tallin, capital da Estónia, onde o euro substituiu a coroa em Janeiro de 2011.

e) Convergência macroeconómica desde 2007:

os efeitos da crise financeira

A crise financeira de 2008 fez crescer consideravelmente a dívida pública na maioria dos países da União. No entanto, o euro protegeu as economias mais vulneráveis do risco de desvalorização durante a crise e os ataques de especuladores.

Alguns países altamente endividados, cujos défices públicos se agravaram, foram alvos particulares desse tipo de ataque em 2009-2010. Por esta razão, em resposta a uma proposta da Comissão Europeia, os Estados-Membros decidiram, em 2010, constituir um mecanismo temporário para ajudar esses países da área do euro a manter a estabilidade financeira. Os fundos de que este mecanismo dispõe ascendem a 750 mil milhões de euros. Simultaneamente, os Estados-Membros e as instituições da União Europeia accionaram disposições do Tratado de Lisboa destinadas a reforçar a governação económica da UE, nas quais se incluem a discussão prévia dos planos orçamentais nacionais, a supervisão das economias nacionais e o reforço das regras sobre a competitividade, bem como a aplicação de sanções aos países que não cumpram as estratégias acordadas. Em 2011, esta cooperação foi mais uma vez reforçada com a sua incorporação no «Pacto Euro Mais» e com a criação de um «mecanismo europeu de estabilidade» permanente, possível graças a uma alteração nos tratados. Está previsto que este mecanismo permanente entre em vigor em 2013, após ratificação por todos os Estados-Membros.

Portanto, em resposta às alterações financeiras e económicas globais, a União Europeia vê-se obrigada a assumir uma série de acções rigorosas para garantir que os Estados-Membros gerem os seus orçamentos com responsabilidade e se apoiam mutuamente do ponto de vista financeiro. É o único caminho para garantir que o euro se mantém credível enquanto moeda única e que os Estados-Membros podem enfrentar, em conjunto, os desafios económicos da globalização. Tanto a Comissão como o Parlamento Europeu sublinham a importância de coordenar as políticas económicas e sociais nacionais, visto que a moeda comum da Europa não é viável a longo prazo se não existir uma forma de governação económica comum.

A estratégia «Europa 2020» visa o seguinte:

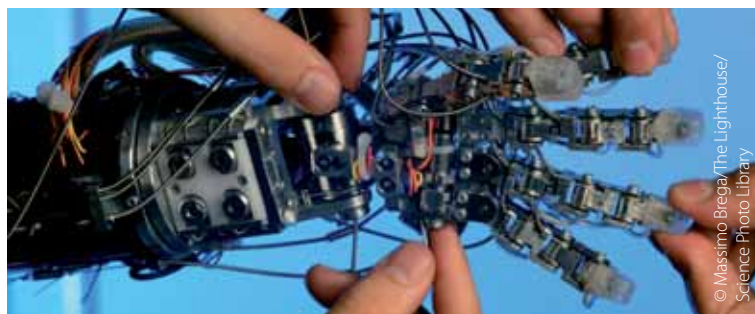
- ▶ dar resposta à globalização e à crise económica, tornando a economia europeia novamente competitiva (telecomunicações, serviços, energia, novas tecnologias ecológicas para um desenvolvimento sustentável);
- ▶ garantir:
 - o crescimento inteligente: promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital,
 - o crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais verde e mais competitiva,
 - o crescimento inclusivo: incentivar uma economia com alto nível de emprego, criadora de coesão social e territorial.

No início dos anos 90, dois grandes movimentos começaram a transformar as economias e a vida quotidiana em todo o mundo, inclusive na Europa. Um era a globalização, em que as economias do mundo inteiro se tornavam cada vez mais interdependentes. O outro era o da revolução tecnológica, com a utilização da Internet e das novas tecnologias da informação e da comunicação. Mais recentemente, o mundo foi abalado por grandes crises como a crise financeira de 2007-2009, que provocou uma recessão económica grave e aumentou o desemprego na Europa.

I. O PROCESSO DE LISBOA

a) Objectivos

Ainda no Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000, os responsáveis políticos da União Europeia decidiram que a economia europeia precisava de uma profunda modernização para poder competir com os Estados Unidos e países emergentes como o Brasil, a China e a Índia. O modelo social europeu baseia-se na eficiência e na solidariedade em domínios como a saúde e as pensões. Para que este modelo seja preservado, necessita de revitalização. A competitividade da Europa teria de se basear em conhecimento e competências e não em salários baixos. Algumas indústrias estavam a deslocalizar-se para outras partes do mundo: para as substituir, a Europa tinha de criar emprego em sectores de elevado valor, como a economia electrónica (que utiliza redes de banda larga de alta capacidade) e novas tecnologias economizadoras de energia. Resumindo, a Europa precisava de uma economia mais ecológica e baseada nas altas tecnologias.



Para acompanhar o ritmo da concorrência mundial, a União Europeia fomenta as novas tecnologias e a inovação.

b) A estratégia

O Conselho Europeu adoptou uma estratégia concreta para atingir este objectivo. A Estratégia de Lisboa abrange medidas em toda uma série de domínios como a investigação científica, a educação, a formação profissional, o acesso à Internet e as transacções em linha. Contempla igualmente a reforma dos sistemas de segurança social europeus. Estes sistemas são uma das grandes forças da Europa, já que permitem às nossas sociedades enfrentar as necessárias mudanças estruturais e sociais sem demasiadas perturbações. No entanto, há que modernizá-los para os tornar sustentáveis e para que, assim, as próximas gerações deles possam beneficiar.

Todos os anos, na primavera, o Conselho Europeu reúne-se para passar em revista os progressos alcançados na aplicação da Estratégia de Lisboa.

II. MAIOR INCIDÊNCIA NO CRESCIMENTO E NO EMPREGO

O Conselho Europeu da Primavera de 2010 reconheceu que, passados 10 anos, o processo de Lisboa havia ficado aquém dos seus objectivos. Os níveis de desemprego em vários países da União Europeia continuavam elevados, pelo que a União teria de concentrar esforços no crescimento e na criação de emprego. Para aumentar a produtividade das suas economias e reforçar a coesão social, a Europa tem de investir mais em investigação e inovação, educação e formação. Assim, por iniciativa do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, o Conselho Europeu aprovou uma nova estratégia para os 10 anos seguintes: a estratégia «Europa 2020».



Um dos objectivos da «Europa 2020» consiste em aproximar o ensino superior do mundo empresarial.

Ao abrigo desta estratégia, os 27 Estados-Membros da União Europeia decidiram:

- ▶ reforçar o papel da Comissão Europeia enquanto promotora deste processo, especialmente através da divulgação de «boas práticas» na Europa (indo assim para além da abordagem meramente intergovernamental designada «método aberto de coordenação»);
- ▶ avançar mais rapidamente com a reforma dos seus mercados financeiros e sistemas de segurança social e abrir os sectores das telecomunicações e da energia à concorrência;
- ▶ melhorar os seus sistemas de educação, agir mais para melhorar a empregabilidade dos jovens, forjar laços mais estreitos entre as universidades e as empresas e prosseguir com os programas Erasmus, Leonardo e Erasmus Mundus;
- ▶ avançar mais rapidamente (por exemplo, através da harmonização dos regimes fiscais e de segurança social) para a criação de um «mercado interno» da investigação — promovendo a livre circulação na Europa de cientistas, do conhecimento e da tecnologia;
- ▶ aumentar a despesa com a investigação e a inovação para 3% do PIB (objectivo igualmente fixado pelos Estados Unidos).

O que é ser um cidadão europeu?

[9]

- ▶ Os cidadãos da União Europeia podem circular, residir e trabalhar em qualquer ponto da União.
- ▶ A União Europeia incentiva e financia programas, especialmente nas áreas da educação e da cultura, que aproximam os cidadãos uns dos outros.
- ▶ A consciência de pertencer à União Europeia só gradualmente se desenvolverá, à medida que a União consiga atingir resultados concretos e explicar com maior clareza o que está a fazer pelas pessoas.
- ▶ As pessoas reconhecem símbolos de uma identidade europeia partilhada, como a moeda única, a bandeira e o hino da União Europeia.
- ▶ Está a emergir uma «esfera pública europeia», com partidos políticos europeus. De cinco em cinco anos, os cidadãos votam para um novo Parlamento Europeu, que por sua vez elege a nova Comissão Europeia.

A cidadania da União Europeia está consagrada no Tratado da União Europeia: «É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui» (artigo 20.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia). Mas o que significa na prática ser um cidadão da União Europeia?

I. CIRCULAR, RESIDIR E TRABALHAR NA EUROPA

Se é um cidadão da União, tem o direito de circular, residir e trabalhar em qualquer ponto da União Europeia.

Se concluiu uma formação universitária com a duração mínima de três anos, o grau atribuído é reconhecido em qualquer país da União, pois os Estados-Membros têm confiança na qualidade dos sistemas nacionais de educação e de formação profissional.

Pode trabalhar em qualquer país da União Europeia nos sectores da saúde, da educação ou de outros serviços públicos (à excepção da polícia, forças armadas, etc.). Na verdade, nada mais natural que contratar um professor britânico para ensinar inglês em Roma ou incentivar um jovem licenciado belga a concorrer para funcionário público em França.

Antes de viajar dentro da União Europeia, pode obter um cartão europeu de seguro de doença, emitido pelas suas autoridades nacionais, que lhe facilita a cobertura das despesas médicas se adoecer noutro país.



Os europeus são livres de viver e trabalhar no país da União Europeia da sua escolha.

II. EXERCER OS SEUS DIREITOS DE CIDADÃO EUROPEU

Enquanto cidadão da União Europeia não é apenas um trabalhador ou um consumidor: tem também direitos políticos específicos. Desde a entrada em vigor do Tratado de Maastricht que, independentemente da sua nacionalidade, tem o direito de eleger e de ser eleito nas eleições autárquicas e nas eleições para o Parlamento Europeu no Estado-Membro em que reside.

Desde Dezembro de 2009 (com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa), que também goza do direito de pedir à Comissão que apresente uma proposta de legislação, desde que a sua petição tenha sido assinada por um milhão de pessoas de um número representativo de países da União Europeia.

III. DIREITOS FUNDAMENTAIS

O compromisso da União Europeia para com os direitos dos cidadãos foi solenemente reafirmado com a proclamação pelo Conselho Europeu, em Nice, em Dezembro de 2000, da **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**. Esta Carta foi redigida por uma Convenção constituída por deputados dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, representantes dos governos nacionais e um membro da Comissão Europeia. Em seis capítulos (Dignidade, Liberdades, Igualdade, Solidariedade, Cidadania e Justiça), a Carta reúne 54 artigos que definem os valores fundamentais da União Europeia e os direitos cívicos, políticos, económicos e sociais do cidadão da União Europeia.

Os primeiros artigos são consagrados à dignidade humana, ao direito à vida, ao direito à integridade do ser humano e ao direito de liberdade de expressão e de consciência. O capítulo relativo à solidariedade reúne, de forma inovadora, direitos sociais e económicos como:

- ▶ o direito à greve;
- ▶ o direito à informação e à consulta dos trabalhadores na empresa;
- ▶ o direito a conciliar a vida familiar e a vida profissional;
- ▶ o direito de acesso às prestações de segurança social, aos serviços sociais e à protecção da saúde em toda a União Europeia.

A Carta promove também a igualdade entre homens e mulheres e introduz direitos como a protecção dos dados pessoais, a proibição das práticas eugénicas e da clonagem reprodutiva de seres humanos, o direito à protecção do ambiente, os direitos das crianças e das pessoas idosas e o direito a uma boa administração.

O Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2009, atribui à Carta a mesma força jurídica de que gozam os tratados. Por conseguinte, pode sustentar uma queixa apresentada ao Tribunal de Justiça da União Europeia (no entanto, há um protocolo que estabelece a aplicação da Carta na Polónia e no Reino Unido, o que virá a acontecer também no caso da República Checa).

Além disso, o artigo 6.º do Tratado de Lisboa constitui uma base jurídica para a assinatura pela União Europeia da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Esta Convenção deixaria de ser meramente referida nos tratados da União para passar também a gozar de força jurídica em questões relacionadas com a UE, garantindo assim uma maior protecção dos direitos humanos na União Europeia.



Um dos direitos elementares previstos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia é o direito de conciliar a vida familiar com uma carreira profissional.

IV. A EUROPA DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO

O sentimento de pertencer a uma mesma comunidade e de partilhar um destino comum não pode ser criado artificialmente. Só poderá nascer de uma consciência cultural comum, e é por isso que a Europa tem de se centrar não apenas na dimensão económica, mas também na educação, na cidadania e na cultura.

A «Europa 2020» não diz como devem organizar-se as escolas e a educação, nem quais os programas curriculares a aplicar: estas são decisões que são tomadas ao nível nacional ou local. No entanto, a «Europa 2020» tem programas que promovem intercâmbios educativos, permitindo aos jovens receber educação ou formação no estrangeiro, aprender novas línguas e ainda participar em actividades conjuntas com escolas e colégios noutros países. São estes programas o Comenius (ensino secundário), Erasmus (ensino superior), Leonardo da Vinci (formação profissional), Grundtvig (educação para adultos) e Jean Monnet (ensino universitário e investigação no domínio da integração europeia).

Os países europeus uniram esforços — através do «Processo de Bolonha» — para criar um espaço europeu do ensino superior. Isto significa, por exemplo, que os cursos universitários de todos os países participantes têm equivalência e os graus conferidos são reconhecidos mutuamente (licenciatura, mestrado e doutoramento).

No domínio da cultura, os programas da União «Cultura» e «MEDIA» fomentam a cooperação entre produtores de filmes e de programas televisivos, promotores, organismos culturais e de radiodifusão de diferentes países, promovendo a produção de mais programas televisivos e filmes europeus e, assim, ajudando a restabelecer o equilíbrio entre a produção europeia e a americana.

Uma das principais características da Europa é a diversidade de línguas e a preservação dessa característica é um objectivo importante da União Europeia. O multilinguismo é, efectivamente, essencial à forma de funcionamento da União Europeia. A legislação da União é disponibilizada obrigatoriamente nas 23 línguas oficiais e todos os deputados do PE têm o direito de se expressar na sua língua materna durante os debates parlamentares.

V. O PROVIDOR DE JUSTIÇA E O DIREITO DE PETIÇÃO AO PARLAMENTO

Para aproximar mais a «Europa 2020» dos seus cidadãos, o Tratado da União Europeia instituiu a figura do Provedor de Justiça. O Parlamento Europeu nomeia o Provedor de Justiça pelo período da sua legislatura. A função do Provedor de Justiça é examinar queixas contra as instituições e os órgãos da União Europeia. As queixas podem ser apresentadas por qualquer cidadão da UE ou por qualquer pessoa ou organização residente ou sediada num país da União. O Provedor procura encontrar uma solução amigável entre as partes.

Qualquer residente num país da União tem o direito de apresentar petições ao Parlamento Europeu, o que constitui outra forma importante de ligação entre as instituições da União Europeia e os cidadãos.

VI. UM SENTIMENTO DE PERTENÇA

A ideia de uma «Europa dos cidadãos» é muito recente. Já existem alguns símbolos de uma identidade europeia comum, como o passaporte europeu, em uso desde 1985, e a carta de condução da União Europeia, emitida em todos os Estados-Membros desde 1996. Além disso, a União Europeia tem uma divisa, «Unida na diversidade», e o dia 9 de Maio é o «Dia da Europa».

O hino da Europa (a «Ode à Alegria», da Nona Sinfonia de Beethoven) e a bandeira da Europa (um círculo de doze estrelas douradas sobre fundo azul) foram explicitamente mencionados no projecto de Constituição da União Europeia de 2004, mas foram retirados do Tratado de Lisboa que a substituiu. Não deixaram de ser símbolos da União, que podem ser utilizados pelos Estados-Membros, pelas autoridades locais e pelos cidadãos individuais se assim o desejarem.

No entanto, as pessoas não se sentem parte da União Europeia se não conhecerem as acções da UE e os motivos subjacentes. As instituições da União Europeia e seus Estados-Membros têm de fazer muito mais para explicar os assuntos da União numa linguagem clara e simples.

As pessoas precisam ainda de testemunhar as diferenças palpáveis que a União Europeia causa nas suas vidas quotidianas. A este respeito, a entrada em circulação das notas e moedas de euros, em 2002, teve um grande impacto. Mais de dois terços dos cidadãos da União podem agora gerir os seus orçamentos pessoais e as suas poupanças em euros. A fixação dos preços dos bens e dos serviços em euros permite que os consumidores os comparem directamente de país para país.

Os controlos nas fronteiras internas da maior parte dos países da União Europeia foram abolidos, graças ao Acordo de Schengen, o que dá ao cidadão o sentimento de pertencer a um espaço geográfico unificado.

O sentido de pertença provém, acima de tudo, da sensação de se estar pessoalmente envolvido na tomada de decisões da União Europeia. Todos os cidadãos adultos da União têm o direito de participar nas eleições para o Parlamento Europeu, o que constitui um alicerce da legitimidade democrática da UE. Esta legitimidade tem aumentado à medida que são atribuídos mais poderes ao Parlamento Europeu, que os parlamentos nacionais participam mais nos assuntos da União Europeia e que os cidadãos europeus se envolvem cada vez mais em ONG, em movimentos políticos e na criação de partidos políticos europeus. Se desejar dar o seu contributo para a elaboração da agenda europeia e influenciar as políticas da União, pode fazê-lo de várias maneiras. Por exemplo, pode participar em fóruns de discussão em linha dedicados a assuntos da União Europeia e colocar os seus comentários nos *blogs* de comissários ou deputados do PE. É ainda possível contactar directamente a Comissão e o Parlamento, quer por via electrónica quer através de uma das suas representações no seu país (para mais informações, consulte o interior da contracapa).

A União Europeia foi criada para servir os povos da Europa e o seu futuro terá de ser construído com a participação activa de pessoas das mais variadas proveniências. Os fundadores da União Europeia estavam bem cientes disto. «Não coligamos Estados, unimos pessoas», disse Jean Monnet em 1952. A sensibilização da opinião pública para a União e o envolvimento dos cidadãos nas suas actividades continuam a constituir um dos maiores desafios com que se deparam actualmente as instituições da União Europeia.

Uma Europa de liberdade, de segurança e de justiça

[10]

- ▶ A abertura das fronteiras internas entre Estados-Membros da União Europeia tem nítidas vantagens para o cidadão, permitindo-lhe viajar livremente sem ter de se sujeitar a controlos.
- ▶ No entanto, essa liberdade de circulação interna deve fazer-se acompanhar por um reforço dos controlos nas fronteiras externas da União Europeia para que se combata eficazmente o crime organizado, o terrorismo, a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos e drogas.
- ▶ Os Estados-Membros cooperam entre si nos domínios policiais e judiciais para tornar a Europa mais segura.

Os cidadãos europeus têm o direito de viver em liberdade, sem receio de perseguições ou violência, em qualquer parte da União Europeia. No entanto, hoje, a criminalidade internacional e o terrorismo contam-se entre as maiores preocupações dos europeus.

Claro que a liberdade de circulação implica assegurar a cada pessoa, em qualquer parte da União, a mesma protecção e o mesmo acesso à justiça. Por essa razão, através de sucessivas alterações aos tratados, a União Europeia está gradualmente a tornar-se num «espaço de liberdade, de segurança e de justiça».

O âmbito da acção da União Europeia nestas áreas tem vindo a ser alargado ao longo dos anos, através de três programas-quadro sucessivos adoptados pelo Conselho Europeu: o programa de Tampere (1999-2004), o programa de Haia (2005-2009) e o programa de Estocolmo (2010-2014). Enquanto os programas de Tampere e Haia visavam reforçar a segurança, o de Estocolmo incide na protecção dos direitos dos cidadãos.

O Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em Dezembro de 2009, reforçou a eficácia das decisões tomadas nestas áreas. Anteriormente, os Estados-Membros detinham a responsabilidade exclusiva pela criação e gestão da área de liberdade, de segurança e de justiça. Era uma área essencialmente da competência do Conselho (ou seja, com base em discussões e acordos entre os ministros dos governos nacionais), relegando a Comissão e o Parlamento para segundo plano. O Tratado de Lisboa alterou isto. Actualmente, o Conselho decide a maior parte destas matérias por maioria qualificada e o Parlamento está em pé de igualdade no processo de tomada de decisão.

I. A LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO NA UE E A PROTEÇÃO DAS SUAS FRONTEIRAS EXTERNAS

Desde que foram abolidos os controlos nas fronteiras internas da União, a livre circulação das pessoas no interior do território da União Europeia coloca aos Estados-Membros problemas de segurança. Foi necessário tomar medidas de segurança compensatórias nas fronteiras externas da União. Além disso, uma vez que a liberdade de circulação também pode ser aproveitada por criminosos, as forças policiais e as autoridades judiciais dos Estados-Membros têm de trabalhar em conjunto para combater a criminalidade internacional.

Uma das iniciativas mais importantes para facilitar as deslocações na União Europeia foi tomada em 1985, quando os governos da Bélgica, da França, da República Federal da Alemanha, do Luxemburgo e dos Países Baixos assinaram um acordo na pequena cidade fronteiriça luxemburguesa de Schengen. Decidiram suprimir os controlos de pessoas, independentemente da sua nacionalidade, nas suas fronteiras internas, harmonizar os controlos nas fronteiras externas e introduzir uma política comum em matéria de vistos. Assim se criou um espaço sem fronteiras internas: o Espaço Schengen.

O acervo de Schengen foi totalmente integrado nos tratados e o Espaço Schengen foi-se alargando a pouco e pouco. Em 2010, todos os Estados-Membros, à excepção da Bulgária, Chipre, Irlanda, Roménia e Reino Unido, aplicavam integralmente as disposições de Schengen. Três países fora da UE — a Islândia, a Noruega e a Suíça — também fazem parte do Espaço Schengen.

O reforço dos controlos nas fronteiras externas da União tornou-se uma prioridade com os últimos dois alargamentos da UE em 2004 e 2007. A agência da União Europeia designada Frontex, sediada em Varsóvia, é responsável por gerir a cooperação da União em matéria de segurança das fronteiras externas. Os Estados-Membros podem ceder embarcações, helicópteros e aviões para as patrulhas conjuntas, por exemplo em zonas sensíveis do Mediterrâneo. A União Europeia está igualmente a ponderar criar um serviço europeu de controlo de fronteiras.



Com o envelhecimento da população da União, os imigrantes legais com as qualificações apropriadas estão a ajudar a colmatar as lacunas no mercado laboral.

II. POLÍTICA DE ASILO E DE IMIGRAÇÃO

A Europa orgulha-se da sua tradição humanitária de acolhimento de estrangeiros e de asilo concedido aos refugiados ameaçados e perseguidos. Actualmente, todavia, os governos da União Europeia estão confrontados com a premente questão de saber como reagir ao crescente número de imigrantes, legais e ilegais, presentes num espaço desprovido de fronteiras internas.

Os governos da União Europeia decidiram harmonizar as suas regras para que, até 2012, os pedidos de asilo pudessem ser analisados em conformidade com um conjunto de princípios básicos uniformemente reconhecidos em toda a União Europeia. Foram adoptadas determinadas medidas técnicas como, por exemplo, normas mínimas para a admissão dos requerentes de asilo e para a concessão do estatuto de refugiado.

Nos últimos anos, têm chegado às costas europeias grandes números de imigrantes ilegais e uma das prioridades da União é resolver este problema. Os governos dos Estados-Membros têm procurado combater em conjunto o tráfico de seres humanos e concertar medidas comuns de repatriação de imigrantes ilegais. Simultaneamente, a coordenação da imigração legal tem vindo a ser melhorada através da criação de normas União Europeia sobre o reagrupamento familiar, o estatuto de residente de longa duração e a autorização de entrada de nacionais de países fora da União que pretendam estudar ou realizar investigação na Europa.



A cooperação entre as autoridades aduaneiras europeias está a contribuir para a redução do tráfico e da criminalidade.

III. COMBATER A CRIMINALIDADE INTERNACIONAL

É necessário um esforço coordenado para combater as organizações criminosas que controlam as redes de tráfico de pessoas e exploram seres humanos vulneráveis, em especial mulheres e crianças.

A criminalidade organizada é cada vez mais sofisticada e utiliza regularmente redes europeias ou internacionais para as suas actividades. O terrorismo já mostrou claramente que pode atingir com extrema brutalidade qualquer parte do mundo.

Foi neste contexto que foi criado o Sistema de Informação Schengen (SIS). Trata-se de uma complexa base de dados que permite às forças policiais e às autoridades judiciais trocarem informações sobre pessoas que sejam objecto de um mandado de detenção ou de extradição e sobre bens roubados como, por exemplo, veículos ou obras de arte. Uma base de dados de uma nova geração designada SIS II terá maior capacidade e poderá guardar outro tipo de dados.

Uma das melhores maneiras de apanhar criminosos é seguir a pista dos seus ganhos ilícitos. Para isso, e no intuito de cortar o financiamento às organizações criminosas e terroristas, a União Europeia adoptou legislação contra o branqueamento de capitais.

O progresso mais significativo realizado nos últimos anos no domínio da cooperação entre as forças policiais foi a criação da Europol, um organismo da União Europeia sediado em Haia e constituído por funcionários das polícias e das alfândegas, cuja acção cobre uma grande variedade de crimes de carácter internacional: tráfico de droga e de veículos roubados, tráfico de seres humanos, redes de imigração clandestina, exploração sexual de mulheres e crianças, pornografia, contrafacção, tráfico de materiais radioactivos e nucleares, terrorismo, lavagem de dinheiro e falsificação de euros.

IV. RUMO A UM «ESPAÇO JUDICIÁRIO EUROPEU»

Na União Europeia coexistem actualmente muitos sistemas judiciários diferentes, compartimentados por fronteiras nacionais. Mas o crime internacional e o terrorismo não respeitam as fronteiras nacionais. É por essa razão que a União necessita de um quadro comum para a luta contra o terrorismo, o tráfico de drogas e a contrafacção, a fim de garantir aos seus cidadãos um elevado nível de protecção e de reforçar a cooperação internacional neste domínio. Torna-se igualmente necessária uma política penal comum na União Europeia para garantir que a cooperação entre tribunais de diferentes países não é dificultada pelas suas diversas definições de certos crimes.

O principal exemplo de cooperação operacional neste domínio é o trabalho desenvolvido pela Eurojust, uma estrutura central de coordenação criada em Haia em 2003. A sua finalidade é permitir às autoridades nacionais de investigação e de acção penal trabalharem em conjunto em inquéritos criminais que envolvam diversos Estados-Membros. Poderá ser criada uma Procuradoria Europeia baseada na Eurojust, se o Conselho (ou um grupo de pelo menos nove Estados-Membros) assim o decidir. As funções do Procurador seriam a investigação e o julgamento de crimes contra os interesses financeiros da União Europeia.

Outra ferramenta de cooperação transfronteiriça operacional é o mandado de detenção europeu, que funciona desde Janeiro de 2004 e pretende vir a substituir longos processos de extradição.

Em matéria de direito civil, a União adoptou legislação que facilita o cumprimento das sentenças judiciais em processos transfronteiriços que envolvam divórcios, separações, tutela de crianças e pensões de alimentos, de modo a assegurar que os acórdãos proferidos num Estado-Membro sejam aplicáveis nos outros. Estabeleceu também procedimentos comuns para simplificar e acelerar a resolução de litígios transnacionais em acções cíveis menores relativas a créditos não contestados em casos, por exemplo, de cobrança de dívidas ou falências.

- ▶ A União Europeia exerce maior influência na cena mundial quando fala a uma só voz em questões internacionais, como negociações comerciais. Com este objectivo em mente e para reforçar o perfil internacional da União Europeia, em 2009 o Conselho Europeu passou a ter um presidente permanente e foi nomeado o primeiro alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.
- ▶ Na área da defesa, cada país da União Europeia, independentemente de ser membro da NATO ou de ter um estatuto de neutralidade, mantém plena soberania. No entanto, os Estados-Membros estão a desenvolver uma cooperação militar em missões de manutenção de paz.
- ▶ A União Europeia é um dos principais actores do comércio internacional e, no seio da Organização Mundial do Comércio, trabalha a favor da abertura dos mercados e de um sistema de comércio baseados em regras.
- ▶ Por razões históricas e geográficas, a União Europeia dedica uma atenção especial a África (através de políticas de ajuda ao desenvolvimento, preferências comerciais, ajuda alimentar e promoção do respeito pelos direitos humanos).

Em termos económicos, comerciais e monetários, a União Europeia já atingiu o estatuto de grande potência mundial. Há quem diga que se tornou um gigante económico, mas permaneceu um anão político. Um exagero. A União Europeia exerce uma influência considerável em organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e os organismos especializados da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como em cimeiras mundiais sobre o ambiente e o desenvolvimento.

Seja como for, a verdade é que a União Europeia e os seus membros têm ainda um longo caminho a percorrer, em termos diplomáticos e políticos, antes de poderem falar a uma só voz em questões mundiais importantes. Mais do que isso, a defesa militar (a pedra angular da soberania nacional) mantém-se nas mãos dos governos nacionais, associados entre si no quadro de alianças como a NATO.

I. A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM

a) Criação de um serviço diplomático europeu

A Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) definem as principais missões da União Europeia em matéria de política externa. Estas políticas foram introduzidas nos tratados de Maastricht (1992), de Amesterdão (1997) e de Nice (2001) e constituem o «segundo pilar» da União Europeia, o domínio político no qual a acção é decidida por concertação intergovernamental e em que a Comissão e o Parlamento desempenham tão-só um papel marginal. As decisões nesta área são tomadas por consenso, podendo contudo haver abstenções. Embora o Tratado de Lisboa tenha retirado os «pilares» da estrutura da União, a forma de decidir sobre questões de segurança e de defesa não foi alterada. O que mudou, sim, foi o nome da política que passou de PESD para PCSD — Política Comum de Segurança e Defesa. Ao criar o lugar de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança reforçou igualmente o perfil da PESC.

Este cargo é ocupado desde 1 de Dezembro de 2009 por Catherine Ashton, do Reino Unido, que é também vice-presidente da Comissão Europeia. É responsável por representar a posição colectiva da UE e agir em nome da União em organizações e conferências internacionais. Conta com o apoio dos milhares de funcionários nacionais e da União que constituem o Serviço Europeu para a Acção Externa, por outras palavras o serviço diplomático da União Europeia.

A política externa da União Europeia visa, principalmente, garantir a segurança, a estabilidade, a democracia e o respeito pelos direitos humanos, tanto nas regiões vizinhas mais próximas (por exemplo, os Balcãs), como noutras partes atribuladas do mundo, como África, Médio Oriente e Cáucaso. A sua principal ferramenta é o seu «poder discreto», que inclui missões de observação de eleições, ajuda humanitária e assistência ao desenvolvimento. Em 2009, a União concedeu ajuda humanitária no valor de 900 milhões de euros a 30 países, principalmente em África. Assegura 60% da assistência ao desenvolvimento em todo o mundo e ajuda os países mais pobres na luta contra a pobreza, na alimentação das populações, na prevenção de catástrofes naturais, no acesso a água potável e no combate às doenças. Simultaneamente, a UE incentiva activamente estes países a respeitarem o Estado de direito e a abrirem os seus mercados ao comércio internacional. A Comissão e o Parlamento Europeu asseguram que a ajuda é prestada de forma responsável e gerida e utilizada de forma apropriada.

Será a União Europeia capaz de ir mais além desta diplomacia de «poder discreto»? E estará ela disposta a fazê-lo? Esse é o principal desafio para os anos vindouros. As declarações e posições comuns do Conselho Europeu sobre os principais temas internacionais (o processo de paz no Médio Oriente, o Iraque, o terrorismo, as relações com a Rússia, o Irão, Cuba, etc.) expressam, demasiadas vezes, apenas o menor denominador comum. Enquanto isso, os grandes Estados-Membros continuam a desempenhar individualmente os seus papéis diplomáticos. Todavia, só quando a União Europeia falar a uma só voz é que será vista como um actor mundial. Se quiser ver crescer a sua credibilidade e influência, a União terá de associar a sua potência económica e a sua força comercial à execução regular da sua política comum de segurança e defesa.

b) Realizações concretas no domínio da Política Comum de Segurança e Defesa

Desde 2003 que os Estados-Membros colocam voluntariamente à disposição da União Europeia as suas forças de segurança para a realização de determinadas operações, tendo assim a União Europeia a capacidade de realizar operações de gestão de crises.

A responsabilidade pela execução destas operações está nas mãos de um grupo de organismos político-militares: o Comité Político e de Segurança (CPS), o Comité Militar da União Europeia (CMUE), Comité para os Aspectos Cívicos da Gestão de Crises (Cívcom) e o Estado-Maior permanente da União Europeia (EMUE). Estes organismos são responsáveis perante o Conselho e estão sedeados em Bruxelas.

É através destes instrumentos que a Política Comum de Segurança e Defesa é posta em prática. Permitem à União executar as missões que se propõe levar a cabo — missões humanitárias e de manutenção de paz. Estas missões têm de evitar duplicar as acções da NATO, o que é assegurado pelos acordos de «Berlim Mais» celebrados entre a NATO e a União Europeia. Estes acordos facultam à União Europeia o acesso aos recursos logísticos da NATO (de detecção, comunicação, comando e transporte).

Desde 2003, a União Europeia já executou 22 operações militares e missões civis, a primeira das quais foi a da Bósnia e Herzegovina, em que as tropas da União Europeia substituíram as forças da NATO. Estas missões e operações foram ou estão a ser realizadas em três continentes sob a bandeira da Europa. Incluem a missão EUFOR no Chade e na República Centro-Africana, a operação «Atalanta» da EUNAVFOR de combate à pirataria somali no Golfo de Aden, a missão EULEX para ajudar o Kosovo a estabelecer o Estado de direito e a missão EUPOL no Afeganistão para ajudar a formar a polícia afegã.



A União Europeia executa operações civis ou militares de manutenção de paz, como a missão contra a pirataria ao largo da costa da Somália.

O custo e a sofisticação crescentes das tecnologias militares tornam cada vez mais necessária a cooperação entre os Estados-Membros em matéria de armamento, particularmente agora que estes se esforçam por reduzir a despesa pública a fim de ultrapassarem a crise financeira. Além disso, para que as suas forças armadas efectuem missões conjuntas fora da Europa, é necessário que os seus sistemas e equipamentos sejam interoperáveis e suficientemente normalizados. Por esta razão, em 2003, em Salónica, o Conselho Europeu decidiu instituir uma Agência Europeia de Defesa (AED) para ajudar a União Europeia a desenvolver as suas capacidades militares. Esta agência foi formalmente criada em 2004.

II. UMA POLÍTICA COMERCIAL ABERTA AO MUNDO

Graças ao seu papel primordial enquanto potência comercial, a União Europeia exerce uma influência internacional considerável. A UE apoia o sistema baseado em regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), que reúne 153 países. Este sistema garante uma relativa segurança jurídica e transparência na condução do comércio internacional. A OMC estabelece condições ao abrigo das quais os seus membros se podem defender contra práticas desleais, tais como o *dumping* (vendas a preços inferiores ao custo de produção), utilizadas pelos exportadores para competir com os seus rivais. Além disso, prevê um procedimento de resolução de litígios que possam surgir entre dois ou mais parceiros comerciais.

Através das conversações da Ronda de Doha, a União Europeia tem tentado desde 2001 abrir o comércio mundial. São negociações difíceis, mas a UE continua convencida de que, no contexto da crise financeira e económica, uma contracção do comércio mundial transformaria a recessão numa depressão completa.

A política comercial da União Europeia está estreitamente ligada à política de desenvolvimento. No âmbito do seu Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), a União concede a possibilidade de acesso com isenção de direitos aduaneiros ao seu mercado ou de acesso preferencial com taxa reduzida à maior parte das importações provenientes dos países em desenvolvimento e das economias em transição. Vai ainda mais longe em relação aos 49 países mais pobres do mundo: todas as exportações destes países, à excepção das armas, beneficiarão de um acesso ao mercado da UE com isenção de direitos aduaneiros.

Em contrapartida, a União Europeia não concluiu acordos comerciais específicos com nenhum dos países desenvolvidos que se contam entre os seus principais parceiros comerciais, nomeadamente os Estados Unidos e o Japão, com os quais as relações comerciais são geridas através dos mecanismos da OMC. Os Estados Unidos e a União Europeia procuram desenvolver relações fundadas na igualdade e na parceria. Após a eleição de Barack Obama para a presidência dos EUA, os chefes de Estado e de Governo da UE têm apelado à aproximação das relações



A União Europeia promove a abertura dos mercados e o desenvolvimento do comércio no âmbito do quadro multilateral da Organização Mundial do Comércio.

transatlânticas. Na reunião do G20, em Londres, em Abril 2009, a União Europeia e os Estados Unidos concordaram com a necessidade de regulamentar melhor o sistema financeiro mundial.

A União está a aumentar as suas trocas comerciais com as novas potências emergentes noutras partes do mundo, da China e da Índia até à América Central e do Sul. Os acordos comerciais com estes países implicam também uma cooperação técnica e cultural. A China tornou-se o segundo maior parceiro comercial da UE (a seguir aos Estados Unidos) e o seu maior fornecedor de produtos importados (em 2009, mais de 17% das importações para a UE eram provenientes da China). A União Europeia é o maior parceiro comercial da Rússia e sua principal fonte de investimento estrangeiro. Para além do comércio, a relação UE-Rússia incide também em questões transfronteiriças, como a segurança da distribuição de energia, especialmente do gás.

III. ÁFRICA

As relações entre a Europa e a África subsariana são antigas. Ao abrigo do Tratado de Roma, em 1957, as colónias e os territórios ultramarinos de que então dispunham alguns Estados-Membros tornaram-se associados da Comunidade. O processo de descolonização iniciado no princípio da década de 60 transformou esta relação numa associação de tipo diferente entre países soberanos.

O Acordo de Cotonu, assinado em 2000 em Cotonu, capital do Benim, marcou uma nova etapa na política de desenvolvimento da União Europeia. Este acordo entre a União Europeia e os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) é o mais ambicioso e mais vasto acordo de comércio e cooperação alguma vez concluído entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Sucedeu à Convenção de Lomé, assinada em 1975 em Lomé, capital do Togo, e posteriormente actualizada a intervalos regulares.

Este acordo vai consideravelmente mais longe que os anteriores, visto passar de relações de comércio baseadas no acesso ao mercado a relações comerciais em sentido mais lato. Define, além disso, novos procedimentos para fazer face a problemas de violação dos direitos humanos.

A União Europeia fez concessões comerciais especiais aos países menos desenvolvidos, 39 dos quais são signatários do Acordo de Cotonu. Desde 2005, estes países podem exportar praticamente todo o tipo de produtos para a União, com isenção de direitos. Em 2009, a União aceitou conceder aos 77 países ACP 2,7 mil milhões de euros de ajuda para as áreas da saúde, água, alterações climáticas e manutenção da paz.

Que futuro para a Europa?

[12]

- ▶ «A Europa não se fará de um golpe, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto.»
- ▶ Esta afirmação, que data de 1950, ainda hoje se aplica. Mas quais os principais desafios que a Europa terá de enfrentar nos anos vindouros?

«A Europa não se fará de um golpe, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto». Robert Schuman proferiu estas palavras na sua conhecida declaração no lançamento do projecto de integração europeia, em 9 de Maio de 1950. Passados 70 anos, estas palavras guardam a mesma verdade. A solidariedade entre povos e nações da Europa tem de ser constantemente ajustada aos novos desafios colocados por um mundo em mudança. A realização do mercado interno em princípios da década de 90 foi uma grande vitória, mas não bastou. Para que este mercado funcionasse com eficácia, o euro teve de ser inventado, tendo surgido em 1999. Para gerir a moeda e assegurar a estabilidade dos preços, foi criado o Banco Central Europeu, mas a crise financeira de 2008–2009 e a crise da dívida em 2010 provaram a vulnerabilidade do euro aos ataques de especuladores em todo o mundo. O que é necessário, para além do BCE, é coordenação entre as políticas económicas nacionais — uma coordenação bem maior do que a que oferece actualmente o Eurogroup. Será que brevemente a União Europeia estará a forjar planos para uma governação económica verdadeiramente partilhada?

Jean Monnet, o grande arquitecto da integração europeia, concluiu as suas memórias em 1976 com as seguintes palavras: «As nações soberanas do passado deixaram de ser o quadro onde se podem resolver os problemas do presente: não conseguem assegurar o próprio progresso nem controlar o próprio futuro. E a própria Comunidade é apenas uma etapa rumo a formas de organização do mundo de amanhã». Considerando a economia global actual, será que devíamos considerar a União Europeia esvaziada da sua importância política? Ou será que devíamos antes perguntar como libertar todo o potencial de 500 milhões de europeus que partilham os mesmos valores e interesses?

A União Europeia terá em breve mais de 30 Estados-Membros, com histórias, línguas e culturas bem distintas. Poderá uma família de nações tão diversificada constituir uma «esfera pública» política comum? Conseguirão os seus cidadãos partilhar um sentido de «identidade europeia» mantendo-se profundamente ligados aos seus países, regiões e comunidades locais? Talvez consigam, se os Estados-Membros de hoje seguirem os passos da primeira Comunidade Europeia — a CECA — que nasceu das ruínas da Segunda Guerra e fundou a sua legitimidade moral na reconciliação e consolidação da paz entre antigos inimigos. Assentava no princípio de que todos os Estados-Membros, grandes ou pequenos, tinham direitos iguais e que as minorias eram respeitadas.

Será possível continuar a avançar com a integração europeia, defendendo que os Estados-Membros da União Europeia e os seus povos desejam todos o mesmo? Ou será que os dirigentes da União recorrerão cada vez mais a acordos de «cooperação reforçada», em que determinados grupos de Estados-Membros avançam sem os restantes nesta ou naquela direcção? A multiplicação de acordos do género poderia conduzir a uma Europa «à la carte» ou de «geometria variável», em que cada Estado-Membro seria livre de escolher participar numa ou outra política ou pertencer a uma ou outra instituição. Esta solução pode parecer atractiva pela sua simplicidade, mas seria o princípio do fim da União, que funciona pela antecipação dos interesses comuns dos seus Estados-Membros, a curto e longo prazo. Assenta no conceito de solidariedade — o que significa partilhar tanto os custos como as vantagens. Significa ter regras e políticas comuns. As isenções, derrogações e opções de não participação devem ser excepcionais e de curta duração. Poderão ser necessárias disposições transitórias e entradas faseadas, mas se os Estados-Membros não aderirem às mesmas regras nem trabalharem para os mesmos objectivos, a solidariedade desfaz-se e as vantagens de pertencer a uma Europa forte e unida esfumam-se.

A globalização obriga a Europa a competir não só com os seus rivais tradicionais (o Japão e os Estados Unidos), como também com as potências económicas em crescimento rápido como o Brasil, a China e a Índia. Será que pode continuar a restringir o acesso ao seu mercado único para proteger os seus padrões sociais e ambientais? Ainda que tentasse fazê-lo, não conseguiria fugir à dura realidade da concorrência internacional. A única solução para a Europa é tornar-se um verdadeiro actor mundial, agindo em uníssono no palco mundial e afirmando os seus interesses com eficácia a uma só voz. O progresso nesse sentido só será possível se a Europa avançar rumo a uma união política. O presidente do Conselho Europeu, o presidente da Comissão e o alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança têm a missão de, em conjunto, dar à União Europeia o cunho de uma liderança forte e coerente.

A União Europeia necessita também de se tornar mais democrática. O Parlamento Europeu — que com cada novo tratado tem conquistado mais poder — é eleito directamente por sufrágio universal de cinco em cinco anos. No entanto, a percentagem da população que vota para estas eleições varia conforme o país e a abstenção é geralmente elevada. O desafio que as instituições da União e os governos nacionais enfrentam consiste em encontrar melhores formas de informar e comunicar com o público (através da educação, das redes de ONG, etc.), de modo a promover a criação de uma esfera pública europeia comum na qual os cidadãos da União tenham a oportunidade de dar forma à agenda política.



Os europeus têm de trabalhar em conjunto hoje pelo seu futuro de amanhã.

Concluindo, a Europa deve ser capaz de impor todo o seu peso nos assuntos internacionais. Uma das maiores forças da União Europeia é a sua capacidade de expandir os valores da Europa para além das suas fronteiras. Valores como o respeito pelos direitos humanos, a aplicação do Estado de direito, a protecção ambiental e a manutenção dos padrões sociais na economia social de mercado. Imperfeita como é, a União está longe de poder considerar-se um modelo perfeito para o resto da humanidade. Mas, se for bem sucedida, as outras regiões terão na Europa um exemplo a seguir. O que poderia ser visto como um êxito da UE nos próximos anos? O reequilíbrio das finanças públicas. Encontrar uma resposta para o envelhecimento populacional que não penalize injustamente a próxima geração. Encontrar respostas éticas para os desafios colossais colocados pelos avanços científicos e tecnológicos — especialmente na área da biotecnologia. Garantir a segurança dos seus cidadãos sem prejudicar a sua liberdade. Se conseguir tudo isto, a Europa continuará a ser respeitada e a ser uma fonte de inspiração para o resto do mundo.

Cronologia da construção europeia

- 1950** *9 de Maio* — Robert Schuman, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, profere um importante discurso em que avança propostas inspiradas nas ideias de Jean Monnet. Propõe que a França e a República Federal da Alemanha ponham em comum os seus recursos de carvão e de aço, numa organização aberta aos outros países da Europa.
- 1951** *18 de Abril* — Seis países (Bélgica, República Federal da Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) assinam em Paris o Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que entra em vigor em 23 de Julho de 1952, por um período de 50 anos.
- 1955** *1 e 2 de Junho* — Reunidos em Messina, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Seis decidem tornar a integração europeia extensiva a toda a economia.
- 1957** *25 de Março* — Assinatura em Roma dos Tratados que instituem a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom), que entram em vigor em 1 de Janeiro de 1958.
- 1960** *4 de Janeiro* — Por iniciativa do Reino Unido, a Convenção de Estocolmo cria a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), que reúne vários países europeus que não fazem parte da CEE.
- 1963** *20 de Julho* — É assinado em Yaoundé um acordo de associação entre a CEE e 18 países africanos.
- 1965** *8 de Abril* — É assinado o Tratado de fusão dos executivos das três Comunidades (CECA, CEE e Euratom) e que cria um Conselho e uma Comissão únicos. Este tratado entra em vigor em 1 de Julho de 1967.
- 1966** *29 de Janeiro* — «Compromisso do Luxemburgo»: na sequência de uma crise política, a França aceita retomar o seu lugar nas reuniões do Conselho, a troco da manutenção da regra da unanimidade quando estejam em jogo «interesses nacionais de importância vital».
- 1968** *1 de Julho* — Eliminação completa, com 18 meses de avanço sobre o previsto, dos direitos aduaneiros entre os Estados-Membros sobre os produtos industriais. Entra em vigor uma pauta aduaneira comum.
- 1969** *1 e 2 de Dezembro* — Na cimeira de Haia, os dirigentes políticos da CEE decidem dar novo impulso ao processo de integração europeia.
- 1970** *22 de Abril* — É assinado no Luxemburgo um tratado que permite que as Comunidades Europeias sejam progressivamente financiadas por «recursos próprios» e que confere maiores poderes de controlo ao Parlamento Europeu.
- 1973** *1 de Janeiro* — A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem às Comunidades Europeias, que passam a ter nove Estados-Membros. A Noruega fica de fora, na sequência de um referendo.
- 1974** *9 e 10 de Dezembro* — Na cimeira de Paris, os líderes políticos dos Nove decidem reunir-se regularmente em Conselho Europeu três vezes por ano. Dão igualmente luz verde às eleições directas para o Parlamento Europeu e acordam na criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

- 1975** *28 de Fevereiro* — É assinada em Lomé uma convenção (Lomé I) entre a CEE e 46 Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP).
- 22 de Julho* — É assinado um tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e cria o Tribunal de Contas Europeu. Este tratado entra em vigor em 1 de Junho de 1977.
- 1979** *7 a 10 de Junho* — Primeiras eleições directas dos 410 deputados do Parlamento Europeu.
- 1981** *1 de Janeiro* — Entrada da Grécia nas Comunidades Europeias, que passam a contar 10 Estados-Membros.
- 1984** *14 e 17 de Junho* — Segundas eleições directas para o Parlamento Europeu.
- 1985** *7 de Janeiro* — Jacques Delors assume a presidência da Comissão (1985-1995).
- 14 de Junho* — É assinado o Acordo de Schengen, cuja finalidade é suprimir os controlos nas fronteiras entre os Estados-Membros das Comunidades Europeias.
- 1986** *1 de Janeiro* — A Espanha e Portugal aderem às Comunidades Europeias, que passam a contar 12 Estados-Membros.
- 17 e 28 de Fevereiro* — É assinado no Luxemburgo e em Haia o Acto Único Europeu, que entra em vigor em 1 de Julho de 1987.
- 1989** *15 e 18 de Junho* — Terceiras eleições directas para o Parlamento Europeu.
- 9 de Novembro* — Queda do muro de Berlim.
- 1990** *3 de Outubro* — Unificação da Alemanha.
- 1991** *9 e 10 de Dezembro* — O Conselho Europeu de Maastricht adopta o Tratado da União Europeia. O Tratado estabelece as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma união económica e monetária, incluindo uma moeda única.
- 1992** *7 de Fevereiro* — É assinado em Maastricht o Tratado da União Europeia, que entra em vigor em 1 de Novembro de 1993.
- 1993** *1 de Janeiro* — É criado o mercado interno.
- 1994** *9 e 12 de Junho* — Quartas eleições directas para o Parlamento Europeu.
- 1995** *1 de Janeiro* — A Áustria, a Finlândia e a Suécia juntam-se à União Europeia, que passa a ter 15 Estados-Membros. A Noruega fica novamente de fora, na sequência de um referendo.
- 23 de Janeiro* — Entra em funções uma nova Comissão Europeia (1995-1999), presidida por Jacques Santer.
- 27 a 28 de Novembro* — A Conferência Euromediterrânica de Barcelona cria uma parceria entre a União Europeia e os países do Sul do Mediterrâneo.
- 1997** *2 de Outubro* — É assinado o Tratado de Amesterdão, que entra em vigor em 1 de Maio de 1999.
- 1998** *30 de Março* — Tem início o processo de adesão dos novos países candidatos: Chipre, Malta e 10 países da Europa Central e Oriental.

1999

1 de Janeiro – Onze Estados-Membros adoptam o euro, que é introduzido nos mercados financeiros, substituindo as moedas nacionais para transacções não efectuadas em numerário. O Banco Central Europeu passa a ser responsável pela política monetária. Em 1 de Janeiro de 2001, a Grécia torna-se o 12.º país a adoptar o euro.

10 e 13 de Junho – Quintas eleições directas para o Parlamento Europeu.

15 de Setembro – Entra em funções uma nova Comissão Europeia (1999-2004), presidida por Romano Prodi.

15 a 16 de Outubro – O Conselho Europeu de Tampere decide tornar a União Europeia num espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

2000

23 e 24 de Março – O Conselho Europeu de Lisboa define uma nova estratégia para fomentar o emprego na União Europeia, modernizar a economia e reforçar a coesão social numa Europa baseada no conhecimento.

7 e 8 de Dezembro – Em Nice, o Conselho Europeu chega a acordo sobre o texto de um novo tratado, que reforma o sistema decisório da União Europeia na perspectiva do alargamento. Os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia proclamam solenemente a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

2001

26 de Fevereiro – Assinatura do Tratado de Nice, que entra em vigor em 1 de Fevereiro de 2003.

14 e 15 de Dezembro – O Conselho Europeu de Laeken adopta uma declaração sobre o futuro da União, que abre caminho para a próxima grande reforma da União Europeia e convoca uma Convenção (presidida por Valéry Giscard d'Estaing) para preparar uma Constituição Europeia.

2002

1 de Janeiro – Entrada em circulação das notas e moedas de euros nos 12 países da área do euro.

2003

10 de Julho – A Convenção sobre o futuro da Europa adopta um projecto de Constituição Europeia e conclui os seus trabalhos.

2004

1 de Maio – Chipre, a República Checa, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, Malta, a Polónia, a Eslováquia e a Eslovénia aderem à União Europeia.

10 e 13 de Junho – Sextas eleições directas para o Parlamento Europeu.

29 de Outubro – A Constituição Europeia é assinada em Roma pelos 25 chefes de Estado e de Governo.

22 de Novembro – Entra em funções uma nova Comissão Europeia presidida por José Manuel Barroso.

2005

29 de Maio e 1 de Junho – Rejeição da Constituição por referendo em França e, três dias depois, nos Países Baixos.

3 de Outubro – Abertura das negociações de adesão com a Turquia e a Croácia.

- 2007** *1 de Janeiro* — A Bulgária e a Roménia aderem à União Europeia.
A Eslovénia torna-se o 13.º país a adoptar o euro.
- 13 de Dezembro* — Assinatura do Tratado de Lisboa.
- 2008** *1 de Janeiro* — Chipre e Malta tornam-se os 14.º e 15.º países a adoptar o euro.
- 2009** *1 de Janeiro* — A Eslováquia torna-se o 16.º país a adoptar o euro.
- 4 a 7 de Junho* — Sétimas eleições directas para o Parlamento Europeu.
- 2 de Outubro* — O referendo realizado na Irlanda aprova o Tratado de Lisboa.
- 1 de Dezembro* — O Tratado de Lisboa entra em vigor.
Herman Van Rompuy torna-se o presidente do Conselho Europeu.
Catherine Ashton é nomeada alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.
- 2010** *9 de Fevereiro* — O Parlamento Europeu aprova a nova Comissão Europeia e José Manuel Barroso é indigitado pela segunda vez como seu presidente.
- 9 de Maio* — É criado um mecanismo de estabilização financeira, no valor de 750 mil milhões de euros.
- 2011** *1 de Janeiro* — A Estónia torna-se o 17.º país a adoptar o euro.

NOTAS

A União Europeia



Estados-Membros da União Europeia

Países candidatos

Entre em contacto com a União Europeia



■ EM LINHA

O sítio *web* Europa contém informações em todas as línguas oficiais da União Europeia:
europa.eu



■ PESSOALMENTE

Há centenas de centros de informação sobre a União Europeia espalhados por toda a Europa. Poderá encontrar o endereço do centro mais próximo neste sítio *web*:
europedirect.europa.eu



■ POR TELEFONE OU MAIL

Europe Direct é um serviço que responde às suas perguntas sobre a União Europeia. Poderá contactar este serviço por telefone, através do número gratuito **00 800 6 7 8 9 10 11** (alguns operadores de telefonia móvel não permitem o acesso aos números iniciados por 00 800 ou cobram estas chamadas) — se estiver fora da União Europeia, através do seguinte número pago: **+32 22999696** — ou por correio electrónico via **europedirect.europa.eu**



■ LEIA AS PUBLICAÇÕES SOBRE A EUROPA

Bastará um clique para aceder a publicações sobre a União Europeia no sítio *web* EU Bookshop:
bookshop.europa.eu

Para obter informações e publicações em português sobre a União Europeia, pode contactar:

REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA

Representação em Portugal

Largo Jean Monnet, 1-10.º
1269-068 Lisboa
PORTUGAL
Tel.: +351 213509800
Internet: ec.europa.eu/portugal
Correio electrónico: comm-rep-lisbonne@ec.europa.eu

CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS

Palacete do Relógio
Cais do Sodré
1200-450 Lisboa
PORTUGAL
Tel.: +351 211225000
Internet: www.ciejd.pt
Correio electrónico: geral@ciejd.pt

GABINETE DO PARLAMENTO EUROPEU

Gabinete em Portugal

Largo Jean Monnet, 1-6.º
1269-070 Lisboa
PORTUGAL
Tel.: +351 213504900
Internet: www.parleurop.pt
Correio electrónico: eplisboa@europarl.europa.eu

Existem representações ou gabinetes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu em todos os Estados-Membros da União Europeia. Noutros países do mundo existem delegações da União Europeia.



Pascal Fontaine,
antigo colaborador de Jean Monnet
e professor no «Institut d'études
politiques» de Paris

A Europa em 12 lições

Para que serve a União Europeia? Por que foi criada e como? De que modo funciona? O que já obteve para os seus cidadãos e quais os novos desafios com que se defronta?

Na era da globalização, poderá a União Europeia competir com êxito com outras grandes economias, preservando os seus valores sociais? Qual será o papel da Europa na cena mundial nos anos vindouros? Até onde irão as fronteiras da União? Que futuro para o euro?

Eis apenas algumas das perguntas a que Pascal Fontaine — especialista da União Europeia — responde nesta nova edição de 2010 da sua popular brochura «A Europa em 12 lições».

